



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 4ª Sessão Ordinária / 02 de dezembro de 2025

PREÂMBULO

---Aos **dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 25/09/2025; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2026, PPI e PPA, Orçamento, Normal de Execução Orçamental 2026) e Mapa de Pessoal para 2026; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Município de Lisboa no âmbito do Projeto “Amarelo” – ano letivo de 2025/2026; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses” para a época desportiva de 2025/2026; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação do novo Regulamento do “Concurso Escolas com Voz” para o ano letivo de 2025/2026; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do Regulamento do concurso “Montras de Natal de Belém 2025/2026”; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e ratificação do Regulamento para a atribuição das Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém – ano letivo de 2025/2026; -----

---**Ponto 10** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP), e secretariada por João Nuno de Vassier Neves Ferro (PSD), Primeiro Secretário, e Maria Teresa do Nascimento Martins Barroso Alviaia (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Maria da Conceição Spencer Quintino Matoso (PSD), em substituição de Luísa Agapito-----

---Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----

---Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre (IL)-----

---Diogo Luís Tinoco Abranches Gomes (IL)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Sofia Alexandra Gonçalves Geirinhas Crisóstomo (PS)-----

---Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá (PS)-----

---Raúl Filipe Nunes (PS), em substituição de Ana Maria de Jesus Bispo Varela Coelho-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Diogo Luís Gomes, se se puder aproximar da Mesa para ser reconhecido e identificado, e assinar aqui, e consideramos tomada a sua posse.

--- Nuno Pinto (Munícipe) ---

Começar por desejar ao Executivo e à Assembleia de Freguesia o melhor dos trabalhos em prol da Freguesia de Belém.

Eu moro na Rua Gregório Lopes, no Lote 1515. Para quem não está bem localizado, é entre uma das torres, entre o veterinário e a Farmácia Fénix.

E sobre esse aspeto, trazia aqui uma questão que me preocupa, que é a questão da higiene urbana, relativamente à questão das escadas de acesso à Praceta do Restelo, e toda a envolvente do passeio.

Relativamente à questão do veterinário, como devem imaginar, com a questão da utilização, sobretudo canina, do veterinário, na minha opinião, carece ali de um reforço desse ponto de vista da higiene.

Outra questão – e há aqui outros pontos que eu trago, e sei que não serão competência da Junta de Freguesia, mas certamente que a Junta poderá fazer chegar à DMM na Câmara Municipal de Lisboa estas preocupações.

Uma delas é a questão do estado do betuminoso em frente ao Lote 1515 – como eu estava a dizer – que tem uma série de buracos no pavimento.

A outra questão é a desorganização do estacionamento naquela zona, em que, de facto, os utilizadores das viaturas estacionam em cima dos passeios, e que, de facto, carece ali de organização.

Também acrescentar que o parque que está à frente do lote tem dois sentidos na sua circulação, e portanto, não se percebe ali uma organização, nem existe demarcação no pavimento desse estacionamento. E portanto, tanto permite a entrada a norte e a sul. Eu acho que ali com uma intervenção naquele sítio, conseguir-se-ia ganhar muitos lugares de estacionamento, relativamente ali àquela zona.

Também dizer que existe, ao nível daquilo que é o estacionamento, o estacionamento abusivo na Avenida Dr. Mário Moutinho, presencio sempre estacionamento na via pública e demais passeios que ali estão, circundantes a esta avenida.

E termino, por fim – eu sei, como estava a dizer, que não é uma questão relativamente à Junta de Freguesia, mas, de facto, ali a Praceta das Torres do Restelo já merecia uma intervenção há uma série de anos, naquilo que é a sua reabilitação, na questão do pavimento. No caso da garagem do prédio onde eu habito, quando, de facto, chove muito, há certas zonas que não são impermeabilizadas, e portanto, chove dentro da garagem. Mesmo o parque das crianças que ali está, parece-me a mim que está um bocadinho desadequado e está envelhecido para aquilo que se pretende para a utilização da população.

E lançava, se calhar, um desafio que podia ser ali lançado, de se tentar reabilitar ali aquela zona, naquilo que é a sua atividade económica, talvez um quiosque concessionado, para de alguma forma trazer ali alguma vida àquela zona.

--- Manuel Henrique (Municípe) ---

Estreio hoje a minha intervenção em Assembleia de Freguesia. Estreio-a por diversos motivos, uns bons, outros nem tanto, outros apenas propositivos.

Começando pelos positivos, creio que a minha presença, bem como de outros jovens que aqui estão, revela que não deixámos ainda de ter esperança no Poder Local, que cremos ainda que da proximidade com as instituições podem resultar soluções adequadas para a resolução dos problemas que nos tocam e tocarão, enquanto fregueses e cidadãos.

É nesta condição que aqui estamos. Saúdo o Poder Democrático, na medida em que este ainda se pode cumprir, ressaltando que o caminho ainda é grande e que urge o percorrer. Urge porque somos alguns, mas somos sempre poucos, e esta sala semivazia comprova-o.

Há que reforçar os laços entre o Poder Local e os seus conterrâneos, mostrar que sim, existem instrumentos que nos dão voz e a possibilidade de, através do poder político, catapultar as nossas aspirações para a realidade, vivendo melhor.

Caros membros da Assembleia, a freguesia é nossa e importa dizê-lo, pois vocês são os nossos representantes. São vocês a nossa extensão. Pois, se assim o é, proponho que se suplante o laço que nos torna dois, e que, a bem da transparência, as propostas que forem discutidas em Assembleia sejam do conhecimento do público, a bem dizer, caso contrário, toda a nossa intervenção prévia será, ou deslocada da ordem de trabalhos, ou necessariamente menos poderosa, porque menos informada.

Proponho que se dê a conhecer o teor da discussão, para que, nesta, os fregueses possam participar, salientando que o seu contrário questiona o bom funcionamento do regime democrático.

Afinal, qual é o protocolo que a freguesia tem com “Os Belenenses”? Quais são as informações escritas do Presidente e, ainda, sobre que plano de atividades estamos a falar?

Bom, trago aqui outra sugestão. Sou um estudante finalista em arquitetura e estudo no Polo Universitário da Ajuda. A minha faculdade, para além dos doutoramentos e outras pós-

graduações, tem essencialmente três cursos: *design* de moda, *design* conjugando comunicação, produto e equipamento, e arquitetura. Durante anos, os estudantes da minha faculdade, em especial do meu curso – eu incluído – fizeram exercícios de planeamento urbano e arquitetónico em diversas zonas da nossa freguesia. Durante anos, os alunos de *design* pensam em equipamentos para colocar em espaços públicos – falo de bancos, equipamentos para parques infantis, parques para canídeos, etc.

Estes projetos nunca veem a luz do dia, e quando acaba o semestre, os trabalhos tanto vão para o lixo, quanto são colecionados em casa. A minha questão é: não faria sentido desenvolver um protocolo em que, por um lado, a freguesia conseguiria ter benefícios no seu espaço público e, por outro, os estudantes poderiam ter as suas propostas apresentadas à população, partindo para o mercado de trabalho já com alguma obra construída, ou pelo menos apresentada em exposição? Penso que poderia ser uma boa ideia.

Com isto, acabo.

--- José Carvalho (Município) ---

O meu nome é José Carvalho, e dirijo-me a esta Assembleia enquanto um cidadão profundamente preocupado com o futuro e o presente da nossa freguesia, com particular atenção às dificuldades enfrentadas pelas nossas famílias e pelos jovens que cá vivem.

Venho hoje abordar o tema do plano de requalificação previsto na nossa freguesia, um projeto que nasceu com a ambição de melhorar significativamente a qualidade de vida da população da freguesia, e que, até ao momento, permanece sem execução.

Este plano não se limitava apenas à criação de habitação acessível, embora seja um elemento fundamental; o projeto incluía a integração de espaços comerciais, construção de ciclovias e promoção de atividades coletivas, que hoje apenas os nossos clubes recreativos têm essa capacidade.

E é precisamente sobre estas associações e coletividades que quero reforçar, estas instituições são o coração social de Belém, são o espaço onde se pratica desporto, se ensina música, se organiza cultura e onde se organizam laços, onde também se combate a solidão e onde se constrói comunidade. Ao longo dos anos, tem mantido viva uma identidade única, e fazendo-o muitas vezes sozinha, com poucos recursos e sem apoio consistente.

Não seria razoável, justo e estratégico que a Junta se juntasse a estas associações e organizasse, em conjunto, atividades que aproximassem as pessoas? Festas de rua, programações culturais, iniciativas de voluntariado, *workshops* e formação para jovens e adultos. Tudo isto existe na vontade, capacidade e energia destas associações, falta apenas a quem governa que tenha a coragem de lhes dar a mão e caminhar ao lado delas.

Por isso, pergunto por que razão a Junta não trabalha de forma ativa (...)

--- Pedro Lopes (Munícipe) ---

(...) E levanta uma questão sobre o por quê da rejeição do projeto apresentado ali ao pé do Parque dos Moinhos, de habitação com rendas acessíveis, que é um espaço que oferece comércio, espaço verde, rendas acessíveis. Reparei também algumas das possíveis razões para não terem levado esse projeto avante, como estragar a paisagem urbanística, mais poluição, mais tráfego de viaturas – enfim, não me vou alongar muito com isso.

A verdade é que, relativamente à paisagem urbanística, sinceramente, acho que a extensão do CCB e o edifício que vai ser construído, que penso que seja em colaboração também com quem está a desenvolver esse projeto, enfim, é o que é. As Torres do Restelo, também não é que sejam uma paisagem urbanística muito agradável. Portanto, não acredito que isso sejam razões que justifiquem a rejeição desse projeto.

Na verdade, queria só tentar perceber qual é que é a posição da Junta relativamente a estes problemas, que são os problemas reais que a população enfrenta, porque a verdade é que Belém está muito descaracterizada, Belém não é como era, muitas pessoas que eu notei que já foram embora. E pronto, são coisas que estão feitas, não há muito a fazer. No entanto, no futuro, poderíamos ir contra esse tipo de coisas, e poder oferecer soluções concretas para os verdadeiros problemas que nós temos cá em Belém.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

A Mesa desta Assembleia gostaria de esclarecer aqui duas ou três coisas, e peço desde já desculpa também se a resposta não for, como diz o nosso freguês Pedro Lopes, mega perfeita.

Saiu bastante claro que, a nível de transparência e prestação de contas, seja pelas atas desta Assembleia, seja pela prestação de contas da própria Junta, do Executivo, a nível de Plano de Atividades e Orçamento, e os relatórios e contas, são todos publicitados *online*, e estão todos disponíveis para se saber tudo o que se passou, até agora, e inclusive cada uma das visões que, no passado, foram dadas sobre algumas das questões que, por exemplo, o Sr. Pedro Lopes aqui trouxe, como a questão do PRA do Restelo. Está tudo *online*, todas as nossas intervenções. Não serão mega perfeitas, serão até provavelmente um bocado maçadoras, mas a nossa posição, e a posição de todos nós, está lá, pronta para ser lida, vista ou, se quiser, resumida por inteligência artificial, provavelmente num *podcast*, se quiser, ou num *Notebook*. Mas, a verdade é que está.

E portanto, em nome da Assembleia, e respondendo aos três senhores que falaram nestas questões, em termos de transparência, a prestação de contas e o que aqui discutimos, e as intervenções todas, de todas as Sras. e Srs. Fregueses que aqui vêm intervir, nesta altura de intervenção do público, estão todas disponíveis, exatamente porque seguimos esse mesmo princípio de transparência.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Era uma palavra muito simples a estes jovens, para agradecer a vossa presença e a vossa participação, o cuidado que tiveram em preparar estas preocupações que aqui nos trouxeram. Acreditem que é muito importante ouvirmos as vossas questões – se bem que, também como

sabem, muitas vezes não temos aqui a solução à mão para as resolver, mas é assim que, conjuntamente, em comunidade, podemos discutir os problemas que nos afligem, e que podemos procurar encontrar as soluções.

Da nossa parte, no Partido Socialista, nós somos o Partido aqui da Oposição, mas por isso também temos um papel muito importante para instigar o Executivo a desenvolver as ações que são necessárias para os nossos fregueses e para acompanhar o trabalho que é feito pelo Executivo.

E, nesse sentido, é ainda mais importante ouvir-vos. Portanto, nós também queremos ficar disponíveis, através das nossas redes sociais, podem-nos contactar, e agora ficamo-nos a conhecer, para continuarem a dar as vossas sugestões, e também para nos motivarem a este trabalho, instigarem-nos a este trabalho, e a fazer uma melhor representação da preocupação dos jovens da nossa freguesia.

Uma nota ainda, especial, relativamente ao jovem que me referiram aqui que perdeu casa, e penso que é um assunto que temos de acompanhar, para saber o que é que se está a passar, e em que medida os organismos e as entidades competentes também possam fazer a ajuda.

Mas, não querendo também deixar de agradecer às outras participações que aqui foram feitas, mas pelo facto de serem jovens e com esta motivação, achei que deveria dar esta nota especial.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu também queria reagir a estas quatro intervenções, destacando-as todas e a importância que as intervenções das pessoas concretas, das pessoas da freguesia, têm nos nossos trabalhos, não apenas para nos sensibilizar para problemas concretos, uns de mais fácil resolução, e imediata intervenção da Junta de Freguesia, outros de intervenção mais ampla, envolvendo outras entidades, e inclusivamente intervenções que nos interpelam, e que nos põem a pensar coisas como nunca tínhamos pensado.

Eu confesso que esta questão da transparência e da disponibilidade pública, nomeadamente das propostas, nunca tinha equacionado, creio que é uma dimensão da transparência da atividade da Assembleia de Freguesia que pode ser melhorada. Eu acompanho as palavras do Presidente, dizendo que os documentos que passam por aqui, nomeadamente os documentos estruturantes – Planos de Atividades, Orçamentos – estão disponíveis, e até com possibilidade de consultar séries, mas eu acho que esta questão das propostas que aqui vêm – aliás, até para poder responder à pergunta que o Manuel fez, o que é isto, deste programa de apoio ao Belenenses, acho que podem ser coisas melhoradas.

Eu queria sublinhar também a importância de vir este banho de realidade, e com questões importantíssimas. O Nuno trouxe aqui coisas mais de gestão urbana e de resolução mais imediata; os outros intervenientes, coisas mais estruturais, e que, da nossa parte, e da minha parte, eleito do PCP, partilho também das preocupações. Partilho da importância das instituições do Poder Local na resposta e na ligação às populações, à questão das coletividades, decisiva para a qualidade de vida das comunidades, para a sustentabilidade social, para a dinamização cultural,

social, para a dinamização cívica, e para o coletivo, e para o respeito pelo outro e pelo trabalho coletivo, para a educação democrática que hoje tanto é necessária.

E, por isso, partilho das preocupações do José Carvalho, no que diz respeito à relação das coletividades com a autarquia local, e o trabalho que a autarquia local poderia fazer, de maior intensidade, com as coletividades.

O Pedro Lopes, entre outras questões, traz a questão da habitação. É a questão total da cidade, que todos os dias, desde há duas décadas, três décadas, nos interpelam com episódios como o José Carvalho nos trouxe, e que questionam a dimensão da coisa.

Nós temos uma posição muito clara sobre esta matéria, a vossa intervenção não serve para explanarmos, mas a nossa posição é muito clara. Não há resolução deste problema sem uma política brutal pública de promoção da habitação, e sem um exercício, por parte das instituições do Estado, no cumprimento da Constituição, no cumprimento do direito à habitação e no cumprimento do direito à habitação para jovens, para todos, em todos os sítios, garantindo o direito à habitação e o direito ao lugar.

Todos os jovens merecem viver no Restelo, todos os jovens merecem viver na Baixa de Lisboa, todos os jovens merecem viver onde querem viver.

E portanto, queria deixar registado isto. Acho que este problema não é um problema que se resolve aqui, mas eu acho que é muito importante nós aqui podermos fazer coisas, podemos também ir lá para fora, e junto de outras instituições, sinalizar isto e forçar isto – por acaso, vamos apresentar uma proposta que vai falar sobre essa matéria.

Pronto, era só isto, sublinhar, e muito obrigado por virem cá pela primeira vez – e vou sublinhar a “primeira vez”, porque quando dizem que vieram cá a primeira vez, isto supõe que não é a última vez. Cá vos espero.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Apenas umas palavras muito rápidas.

Em primeiro, agradecer ao público que se dedicou a vir aqui, expor estes seus problemas. E dizer que vão ouvir, com certeza, soluções diferentes para a resolução dos vossos problemas, porque nem todos pensamos da mesma maneira e, sobretudo, achamos que as soluções podem ser feitas de outras maneiras, do que, por exemplo, algumas que o Josué Caldeira falou, e vai falar a seguir. Nós temos outras soluções, não só a Iniciativa Liberal, como também os nossos companheiros de Executivo, temos outras soluções.

Mas, agradeço aos jovens o facto de terem vindo. Fiquem para ouvir soluções, venham outra vez, exponham os vossos problemas, mas ouçam as soluções de várias partes, porque elas são diferentes, e muitas delas são melhores para resolver os problemas.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Temos de trabalhar em conjunto, que é em conjunto que conseguimos criar uma comunidade e fazer crescer a comunidade.

Uma palavra de apreço às pessoas, aos fregueses que vieram aqui partilhar os seus problemas, que o PSD ouviu com muita atenção. São situações que merecem atenção, merecem discussão, análise, ponderação, e é isso que, com certeza, iremos fazer, que o Executivo da Junta irá fazer, e irá dar também as suas respostas.

Muitas das questões não são passíveis de ser resolvidas neste fórum, isto é uma freguesia, Poder Local Autárquico, não tem as capacidades de poder decidir todos os temas que foram aqui levantados.

Há um tema, sim, que eventualmente poderá ser possível, que eu particularmente gostei, aqueles trabalhos dos alunos de arquitetura, que vocês fazem aqui, que de certeza são trabalhos que devem ser extraordinários, porque vocês são criativos, e por que não os usar, por que não os divulgar, e por que não os aplicar. De facto, fiquei com curiosidade de saber um pouco mais dessa parte, que julgo que foi o Manuel Henrique que disse, e acho uma excelente ideia, que pode ser aproveitada, divulgar o que vocês fazem, e eventualmente também a própria Junta ficar com um trabalho de fregueses aqui na Junta de Freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

É a primeira reunião em que estamos aqui como membros do Executivo, fora aquela reunião de instalação, que é uma coisa mais de cerimónia. Portanto, é um gosto estarmos aqui. Vamos tentar, obviamente – e já disse isto na tomada de posse – estamos cá todos com o mesmo propósito, os que estão aqui sentados a representar o povo. E portanto, não tenho dúvida de que, apesar das divergências que vamos ter, como é óbvio, vamos ter divergências de opção política, de opção de gestão – o que é salutar, senão não eramos Partidos diferentes – vamos discuti-las, e com certeza que as ideias de todos vão ajudar também a nós, Executivo, a fazermos melhor.

Agradecer ao público que veio ter a sua intervenção, nos vários níveis, com preocupações diferentes, mas todas elas legítimas. Vou tentar ser muito breve, de facto, porque há aqui muitas questões.

Sr. Nuno Pinto, a questão da Gregório Lopes, vamos ver essa questão da higiene urbana e dos cãeszinhos, por causa do veterinário. Não sei se também há gatinhos a passear, mas dos animais que passeiam por lá. E vamos também, se calhar, falar com o próprio hospital, a pedir um reforço também nessa atenção. Mas, nas nossas equipas, vamos alertar para esse facto.

Por acaso, nem de propósito, a zona onde mora foi talvez a única zona que nós, no nosso programa eleitoral, referimos que era necessário, ou que iríamos intervir, requalificando a zona. Já não me lembro se está lá, mas, na realidade, vamos impedir o estacionamento em cima do passeio, vamos reordenar aquilo, aquela zona toda, vamos reabrir o outro parque de estacionamento que ainda está fechado, porque tem lá um buraco grande, que deixaram quando

tiraram a casinha que lá estava. E quando isso estiver feito, quando o estacionamento estiver reaberto, nós vamos também fazer intervenção em todo esse quarteirão. Eu diria que praticamente da Carlos Calisto à Avenida das Descobertas, tudo isso vai ser intervencionado, e vamos impedir que haja estacionamento em cima do passeio, porque não há justificação nenhuma para que exista, visto que tem lugar de estacionamento suficiente nos parques de estacionamento que existem, e nas garagens, etc. Portanto, isso vai ser feito.

Quanto à praça, nós fizemos uma intervenção, este ano ainda, para recuperar as lajetas da praça, foram reabilitadas e postas novas em alguns casos. Há lá um problema com um pilarete, que costumam tirar, partir, vamos lá colocar outra vez – ainda hoje pedi um orçamento disso – um pilarete rebatível, que é para se poder aceder, quem precisa de aceder à praça.

E quanto à questão de pôr lá alguns equipamentos, é uma questão também que podemos ver.

O parque infantil, eu não sei se já está arranjado, porque ele estava, há uns dias, ainda com umas cordas e umas coisas lá estragadas, não sei se já o arranjaram, mas podemos olhar para aquilo, se calhar, com esse propósito de pensar o que é que aquilo pode ser, e obviamente, aí, vamos envolver os moradores, os moradores ali, que são os principais interessados, digamos assim, mas, obviamente, está aberto a todas as ideias, de todas as pessoas.

Portanto, acho que temos aqui caminho para andar, e agradeço as sugestões e as preocupações que fez.

Manuel Henrique, enfim, o Sr. Presidente já falou aqui na questão da transparência e da publicação dos documentos. Naturalmente, os documentos só são publicitados depois de serem aprovados, porque até virem aqui, são distribuídos aos membros dos Partidos políticos que compõem a Assembleia, são aprovados, são publicitados. E eu até acho que temos uma coisa mais transparente que, se calhar, muitas Juntas têm, e em muitos outros lados têm, que é inclusivamente que as sessões são gravadas e são transcritas, o que quer dizer que seja o que qualquer um de nós diz, fica lá gravado, para todo o sempre. E portanto, não há depois a possibilidade de dizer “eu não disse aquilo”, ou “disse ao lado”; está lá, é aquilo, e temos a gravação. Acho que é uma forma também de transparência, muito saudável, termos a transcrição das Assembleias.

E como disse – aliás, o líder da Bancada do PSD também reafirmou, o interesse da participação e da partilha, no que referiu, das universidades, isto vai até ao encontro de um projeto que nós temos – e que, depois, falo a seguir, para não estar aqui a ocupar mais tempo agora, neste período – que é exatamente para envolver a população, e envolver a comunidade na definição daquilo que são as políticas públicas, aquilo que é a intervenção no território. E aí também, mais uma vez, todos vão ser precisos, seja as universidades, seja qualquer um de nós que vive na freguesia, nós vamos chamar todos para participar nisso.

Aliás, vou dar um exemplo muito simples do que estou a dizer: na Escola Secundária do Restelo vai-se iniciar agora a elaboração do projeto para a nova escola, e uma das coisas que nós vamos

pedir à Câmara e ao projetista é que, antes de fazer qualquer traço, ouça primeiro a comunidade escolar, porque é a comunidade escolar que sente as dificuldades, que sente o que é que precisa, e acho que isso é uma forma muito mais saudável do que ser ao contrário, aparecer um projeto já todo acabado, depois é mais difícil mudar qualquer coisa. Portanto, isto é um exemplo daquilo que nós vamos levar a cabo, em termos de participação das pessoas. Mas, depois já falo, no período da ordem do dia, sobre outro.

José Carvalho, plano de requalificação, PRA, espaço comercial, que, depois, também falou aqui o Pedro Lopes. O Presidente da Assembleia de Freguesia já disse que estes assuntos têm sido muito discutidos aqui na Assembleia, e é verdade, eu próprio tenho feito algumas intervenções sobre este assunto.

Houve aqui uma frase, o porquê da rejeição do projeto do Parque dos Moinhos. Que eu saiba, não está rejeitado nenhum projeto do Parque dos Moinhos – calculo que seja o PRA do Restelo. Que eu saiba, não está rejeitado nenhum projeto, em lado nenhum; pelo contrário, o projeto tem andado, começou de uma forma completamente desadequada, acho que isso, hoje em dia, é consensual entre todos nós, aquelas torres de quinze andares, e catorze andares. Hoje em dia, é um projeto que tem, na nossa opinião, um equilíbrio entre o espaço público, a volumetria, a altura, e até o estacionamento.

Acontece que tem dois fatores – que vocês talvez saibam – ou tem um fator primordial, que impede, à partida, que o projeto seja feito, é que ele, como foi transformado em PACA – ou seja, era um PRA e passou a PACA. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que a partir do momento em que passou a PACA, passou a ser uma necessidade de a Câmara investir todo o valor do projeto. Ou seja, se há quatro anos atrás, quando isto se começou a falar – ou há cinco – estávamos a falar de um projeto que custava à volta de 90.000.000€, como calculam, hoje em dia, este projeto não vai custar menos de 150.000.000€. Ora, 150.000.000€ que teriam de ser integralmente pagos pela Câmara. Isso não é uma possibilidade, toda a gente sabe isso, mesmo quem aprovou nessa altura – mas, isso é uma discussão que também já tivemos aqui.

E portanto, enquanto não se mudar de novo para PRA, vai continuar a ser uma impossibilidade. O PRA é um regime de concessões, em que permite que os privados entrem e construam, mediante certas condições, que depois permite também conjugar a habitação acessível com habitação de renda livre. E aí, sim, também se constrói cidade no sentido da mistura social, que é uma coisa, julgo eu, cara a todos nós, é uma coisa que também é importante.

Mas, portanto, não está nada arrumado, está em discussão, está aberto. A Junta de Freguesia foi sempre também uma parte ativa, pôs duas condições neste projeto, que não estão ainda resolvidas. Muito rapidamente, a primeira é que o LIOS, que é o transporte rápido que vem de Alcântara, que vai até Oeiras, esteja construído antes do PRA – não é depois, ou um dia que há de ser construído; é que esteja construído antes do PRA. E a segunda condição é que as escolas tenham capacidade para absorver as crianças que vêm com as famílias ocupar esses prédios.

E portanto, enquanto estas duas condições não estiverem garantidas, a Junta de Freguesia vai continuar a dar o seu parecer negativo ao projeto. Não é porque não queira habitação, não é isso; é por uma razão simples: não faz sentido nós estarmos a aprovar um projeto, onde vêm para cá quatrocentas e quarenta famílias – mais número, menos número – quatrocentas famílias essas que, se calhar, trazem duzentas ou trezentas crianças, e essas crianças não têm lugar nas escolas. Portanto, isso não faz sentido nenhum, é uma coisa que achamos que tem de estar resolvida antes – e estamos, aliás, a trabalhar nisso, também era uma das coisas que estava no nosso programa eleitoral, estamos a trabalhar nisso. Vamos discutir com as associações de pais e com o Agrupamento, e vamos apresentar ao Ministério da Educação, muito brevemente, uma proposta de alteração dos critérios de acesso às escolas, exatamente para tornar possível ultrapassar esta questão das crianças.

A questão do prédio novo que vai surgir, ainda bem, porque era também uma questão que já foi falada – até julgo que já falámos aqui na Assembleia – era aquele terreno que estava ali vazio, há não sei quantos anos. Ainda bem que vai ser feita ali habitação – parece-me, pelo que já vi, parece-me que é habitação. Portanto, acho que é bom, vem ao encontro da necessidade de habitação.

A questão do CCB e do prolongamento, o prolongamento do CCB era uma coisa que estava prevista desde o início do CCB, desde que foi construído. Portanto, isto não é nada mais do que a execução daquilo que já estava previsto desde 1990, 1991, quando foi inaugurado. Portanto, congratulamo-nos com isso, porque é o fechar também de um projeto que se arrasta há trinta e cinco anos. E portanto, ainda bem que vai avançar, e estamos contentes.

O José Carvalho falou na questão de um colega que foi para um carro, obviamente é uma situação que todos lamentamos, e se for na nossa freguesia, o que eu peço é que nos identifique quem é a pessoa e onde está, porque nós, obviamente, temos o nosso serviço de ação social que presta esse apoio. E devo-lhe dizer, aliás, pela experiência que temos, que não há nenhum sem-abrigo, não há ninguém que fique despejado, na nossa freguesia, a quem não seja oferecida uma solução habitacional. É claro que esta solução habitacional tem degraus, tem fases, depende das famílias, depende da disponibilidade, mas não há nenhuma pessoa sem-abrigo que não tenha tido uma oferta de solução habitacional.

E portanto, se identificarem, disserem quem é, darem-nos os contactos, ou ele que venha ter connosco, e nós fazemos esse encaminhamento, e agradecemos.

Por fim, a questão das coletividades. Bem, nós temos dado um grande apoio às coletividades, na realidade. Obviamente, não nos podemos substituir às coletividades, mas damos muito apoio. Só para dar alguns exemplos de apoio – aliás, tenho aqui uma lista de apoios – por exemplo, no Pedrouços, nós apoiamos as equipas de futsal e voleibol – e amanhã até temos um almoço com a Direção do Pedrouços, exatamente porque eles nos querem apresentar mais dois projetos, de outras duas modalidades, e, naturalmente, querem pedir o nosso apoio para ver se conseguimos ajudar nesses dois projetos. Por exemplo, no Caselas damos apoio às danças de salão, estão a fazer a gestão do polidesportivo, para fazer várias atividades, apoiamos o bilhar, também apoiámos obras – aliás, apoiar obras é uma coisa que apoiamos em todas as coletividades. Na

SMIL, eles neste momento não têm nenhum projeto desportivo, também é uma coisa que já falámos com eles, mas também já apoiámos, por exemplo, as aulas de *ballet* e teatro. No Belém Clube apoiamos as aulas de música, as Marchas de Belém. Na ADF, também damos apoios para eventos, que eles pedem, estamos a dar o apoio às obras de conservação do espaço, e comprometemo-nos com a ADF, e está no nosso programa, e está neste documento que vamos aprovar daqui a pouco, a reconstrução do teatro da ADF, que é uma obra enorme, que também espera há trinta anos que seja feita, e nós temos esse compromisso com a ADF.

Com o Belenenses, temos um protocolo em que temos diversos apoios, também é conhecido, e é aprovado aqui na Assembleia. No CAB, também aprovamos a participação em provas de atletismo, passeios. E temos também, por exemplo, os Guias de Portugal e a Associação de Escuteiros de Portugal, a quem cedemos instalações para a sua sede e para as suas atividades, onde inclusivamente até pagamos água, luz, etc., às coletividades.

Portanto, eu diria que é claro que podemos sempre fazer mais e melhor, e o que nós temos falado com as coletividades – aliás, era para ter uma reunião também, neste fim de semana, com o Caselas, por exemplo, por causa do Ciclo Tour – o que nós queremos fazer com as coletividades é continuar a apoiar cada vez mais, e tentar que elas se envolvam na vida da freguesia, e que elas se envolvam naquilo que nós desenvolvemos.

Um exemplo muito simples é, por exemplo, por que é que o Ciclo Tour, se for apoiado, não nos vai ajudar a fazer um clube de ciclismo na Paula Vicente, ou não vai ensinar miúdos nas escolas a andar? É este tipo de parcerias que nós estamos a fazer com as coletividades, e que as coletividades – julgo eu, pelo menos é o que nos têm dito – estão entusiasmadas.

Só para terminar, Sr. Presidente – e desculpe estar a alongar-me – o nosso amigo Josué Caldeira disse que todos os jovens merecem viver no Restelo e na Baixa de Lisboa, acho que todos nós concordamos com isso.

Há aqui uma ressalva e uma coisa boa. A ressalva é que, ao contrário do que se diz, imaginemos que amanhã era feito o PACA do Alto do Restelo, a probabilidade de que quem fosse ocupar as casas fosse do Restelo, do Restelo de Belém, aqui da zona, era muito diminuta, por uma razão simples: é que a esses concursos podem concorrer jovens de todo o país – jovens e pessoas de todo o país.

E portanto, não é verdade quando se diz que queremos mais habitação para os nossos filhos e para os jovens de Belém, porque qualquer pessoa do país pode concorrer. Aliás, houve uma proposta feita na Câmara Municipal, no mandato anterior, para reverter isso, para que quem pudesse concorrer aos programas de habitação da Câmara Municipal fosse só os residentes em Lisboa, e essa proposta foi chumbada pela Oposição da Câmara de Lisboa, no mandato anterior do Eng.º Carlos Moedas.

E para terminar, a coisa boa, indo aqui ao encontro exatamente do que o Josué Caldeira disse, todos os jovens merecem viver no Restelo e na Baixa de Lisboa, ficamos muito contentes que o

Eng.º Carlos Moedas tenha anunciado que está em processo a reabilitação de setecentas casas dirigidas a jovens, exatamente na Baixa de Lisboa.

Portanto, acho que é uma boa notícia para acabar esta minha intervenção.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu vou fazer a apresentação da moção, Sr. Presidente, não vou, de facto, ler, porque era desadequado, dada a dimensão e a fundamentação que a moção tem. Iremos disponibilizar isto nos meios digitais.

De qualquer forma, dois apontamentos rápidos, porque o Presidente da Junta assim o levou a fazer estes apontamentos.

A interpretação que o Presidente da Junta faz sobre as razões da concretização, ou não, do PACA, é a interpretação do Presidente da Junta; há outras interpretações. Mas, eu não vou desenvolver este tema.

Sobre habitação, apresentamos uma moção que tem a designação “Pela mobilização do património imobiliário do Estado localizado na Freguesia de Belém, em favor de uma política de habitação que responda à grave carência de habitação acessível na cidade”.

Esta moção decorre de este Governo ter publicado recentemente duas resoluções do Conselho de Ministros com impacto bastante significativo na questão da habitação. Numa primeira resolução, ele identificou um conjunto de imóveis do Estado, e que vão ser alienados para fins não determinados, e que serão depois colocados no mercado, com uso não definido.

A segunda resolução do Conselho de Ministros, uma resolução que cria um programa, chamado Programa Estratégico para o Desenvolvimento das Parcerias para o Arrendamento Acessível – e isto são tudo resoluções de meia dúzia de semanas atrás – é uma resolução, esta sim, com importância – a outra também – com uma importância bastante significativa para a cidade de Lisboa. A primeira resolução identificava quinze imóveis que vão ser vendidos, metade destes imóveis estão na cidade de Lisboa. Esta segunda resolução identifica catorze terrenos – creio eu, o número agora escapa-me, mas anda à volta disto – catorze terrenos que vão ser sujeitos a parcerias, exclusivamente parcerias público-privadas, contrariamente àquilo que o Ministro inicialmente disse, que vão ser sujeitas a parcerias público-privadas para o desenvolvimento de programas habitacionais.

Por que é que esta moção aparece nesta Assembleia de Freguesia? Porque dois dos mais importantes terrenos que vão ser disponibilizados são na Freguesia de Belém. Vou apresentar como ela aparece classificada ou identificada na resolução: terreno antigo Campo das Salésias,

Rua Alexandre Sá Pinto, propriedade da ESTAMO; terreno Travessa das Zebras, PM29, à Calçada da Ajuda, em Lisboa, propriedade da ESTAMO.

E portanto, estas operações, o programa tem um impacto significativo na cidade de Lisboa, este programa tem particularmente um impacto também bastante significativo na Freguesia de Belém, porque estes terrenos são terrenos que, com a capacidade edificatória atual, geram umas largas centenas de fogos de habitação pública.

Não vou desenvolver, mas sinalizar apenas o efeito do mercado imobiliário e da escalada especulativa do mercado imobiliário em Lisboa e na Freguesia de Belém, freguesia que apresenta valores de rendas e de vendas superiores às médias de Lisboa. Vou apenas sinalizar o seguinte: este programa, que, insisto, vai ter um fortíssimo impacto na cidade de Lisboa, é feito à margem da Carta Municipal de Educação, do Executivo anterior, liderado pelo Eng.º Carlos Moedas, e é feito à margem da Carta Municipal de Habitação que o Executivo anterior aprovou. Aliás, foi uma opção de Carlos Moedas não ter feito o diagnóstico e o recenseamento do património imobiliário do Estado, para contabilizar o potencial de promoção habitacional, e também não ter, por isso, obviamente, identificado metas e programas para a utilização deste património imobiliário do Estado. A carta identifica o património imobiliário da Câmara, não identifica o património imobiliário do Estado.

Há um dado deste programa que é particularmente relevante. Este programa identifica como referencial de rendas a utilizar para a promoção habitacional o referencial do Programa de Renda Acessível criado pelo anterior Governo de António Costa. Qual é que é o problema desse referencial? É que a renda acessível do Programa de Arrendamento Acessível, na generalidade do país – a renda acessível é uma renda de mercado, com 20% de desconto; ora, uma renda acessível em Lisboa, com preços especulativos brutais de mercado, com 25% de desconto, é um preço especulativo com saldo, mas não deixa de ser especulativo.

E portanto, este programa, ao ser desenvolvido no quadro do arrendamento acessível, gerará casas que não são acessíveis à esmagadora maioria da população, e nomeadamente aos jovens trabalhadores.

E é neste quadro que nós apresentamos a moção. A moção tem cinco pontos. Eu vou dizer muito sumariamente cada um dos pontos.

Primeiro ponto, a moção é dirigida à Junta de Freguesia, e nomeadamente ao seu Presidente, e a moção diz *“Instar a que o Presidente da Junta...”* – ou a Junta de Freguesia, no seu conjunto – *“... inste o Presidente da Câmara no sentido de estabelecer um diálogo com o Governo, para que estas operações, nomeadamente nestes dois terrenos, sejam feitas no quadro de programas de cooperação entre o Estado e a Câmara Municipal de Lisboa”*, nomeadamente integrando isto nos objetivos e nas linhas programáticas da Carta Municipal de Habitação.

Segunda questão, e para excluir, ou para atenuar a possibilidade de efeitos especulativos de preços gerados, é verdade que o modelo de negócio ainda não está definido, a todo o momento

se espera que o Governo apresente as linhas para o desenvolvimento destas parcerias público-privadas, o modelo de negócio não está definido, e portanto, esta sugestão é uma sugestão feita com alguma incerteza, mas a sugestão sugere que as operações de desenvolvimento imobiliário, neste património imobiliário do Estado, sejam implementadas preferencialmente – preferencialmente – nas modalidades de promoção direta do Estado, parcerias público – público – isto é, Governo e Municípios – e parcerias público-comunitárias.

Terceira questão, que o Presidente da Junta recomende ao Presidente da Câmara que recomende ao Governo excluir do modelo de negócio que venha a ser implementado o quadro de renda acessível, porque gerará preços não acessíveis, e utilize o regime de renda condicionada, que é um regime de renda muito mais favorável e adequado aos rendimentos da classe média.

O quarto ponto refere questões de ordem local, que estas operações atendam à necessidade de localização destas grandes operações imobiliárias públicas, de localização de serviços de apoio, de serviços de ação e apoio à dinamização social, nomeadamente creches públicas, espaços jovens e serviços públicos de apoio à população idosa. Que contemple também a resposta ao serviço de saúde e aos níveis de ensino; que tenha uma boa articulação com o espaço urbano envolvente, que responda aos problemas da circulação pedonal e rodoviária, que garanta o reforço do sistema de transportes públicos, que tenha uma elevada dotação de espaços verdes e arborizados.

Por último, que todas estas iniciativas sejam feitas num quadro de uma metodologia participativa.

Pronto, é esta a moção. Como disse, é um texto muito longo, está, na nossa opinião, muito bem fundamentada, e é isto que pomos à apreciação.

Moção (Anexo 1).

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu vou dividir a minha intervenção em duas partes: primeiro, uma questão sobre a habitação na generalidade, e depois, uma resposta à moção do PCP.

De facto, a Constituição diz, no seu art.º 65.º que deve haver habitação para todos, desde que haja equipamento social. E aqui, torno a referenciar o que o Sr. Presidente disse, o equipamento social tem a ver com escolas, tem a ver com hospitais, tem a ver com transportes. Portanto, todos temos direito a habitação, desde que esse equipamento social esteja também garantido a todos. Não vale a pena estar a construir habitação se, a seguir, não tiverem os equipamentos para tal.

Eu ouvi com atenção, e já tinha lido a sua proposta, e considero aqui que, de facto, há um património imobiliário do Estado que deve ser utilizado para habitação. Mas, depois, discordo quase na totalidade em todas as propostas que o Josué Caldeira fez, porque, de facto, existe um problema na habitação, sobretudo existe um problema na construção de habitação.

Segundo dados, normalmente deveriam estar a ser construídas cerca de setecentas mil casas por década, e na última década foram construídas perto de cento e vinte e cinco mil. Portanto, estamos a perder aqui mais de meio milhão de casas que não foram construídas.

E, de facto, para construir mais casas é preciso medidas que ajudem a essa construção. Isto não é só construir casas, e não é o Estado que constrói as casas, muitas vezes são os privados. E mesmo que seja o Estado, o Estado contrata privados para construir as próprias casas.

E a Iniciativa Liberal tem um conjunto de propostas que podem melhorar a construção das casas: a eliminação do IMT e do Imposto de Selo, no caso da habitação própria, a redução do IVA da construção para 6% - está em cima da mesa há não sei quanto tempo, já se fala que está prestes a ser aprovado – haver um regime fiscal atrativo para arrendamentos, com isenções e taxas reduzidas. E sobretudo aqui, haver a reabilitação de imóveis devolutos do Estado, por concursos públicos transparentes. É muito importante que os concursos sejam transparentes para todos. E há muitos imóveis devolutos do Estado, o Estado não tem conhecimento dos imóveis devolutos. Há cerca de dois anos, propus aqui uma moção para analisar os imóveis devolutos aqui da freguesia, ou para propor à Câmara, e essa moção foi chumbada.

Eu acho que aqui, acima de tudo, o Estado deve ser um facilitador e um regulador, não deve ser um construtor. Isto é a opinião da Iniciativa Liberal, no que respeita à habitação, e nós temos soluções para isso.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Ouvi atentamente a moção do PCP, apresentada pelo Josué, e tenho aqui, muito rapidamente, cinco pontos.

Acho que é uma moção que, enfim, tem a sua vertente ideológica, como é apanágio, é uma moção que dá uma intervenção excessiva do Estado – entendemos que o Estado deve ter uma menor intervenção, o Estado deve criar condições para o mercado funcionar, mas não substituir o papel do setor privado, que entendemos importante.

A eficiência das parcerias público – público, ou público-comunitárias, entendemos que não são totalmente eficientes. Acho que devemos ter deferência por parcerias público-privadas.

Quanto ao arrendamento acessível, já fizemos várias tentativas, e falámos com a Câmara Municipal de Lisboa sobre esta situação, entendemos que é a ferramenta útil para equilibrar o mercado, entendemos que é a ferramenta que pode promover habitação a preços mais baixos, sem depender exclusivamente dos subsídios estatais.

E o impacto financeiro, o PSD é cauteloso quanto ao aumento da despesa pública. Podemos questionar a viabilidade financeira destas medidas propostas. Acho que temos de defender uma gestão rigorosa dos recursos públicos e a eficiência dos seus investimentos, evitando custos excessivos para o Estado.

Por isso, o PSD não poderá votar a favor desta moção.

--- ??? (PS) ---

O Partido Socialista não teve o tempo desejado para uma análise aprofundada desta proposta, e levantou-nos, a apresentação agora aqui feita, duas preocupações.

A primeira é que, concordando, em matéria de princípio, com o que está plasmado no texto da moção, a nossa preocupação é que esta moção radica – não quero falhar no termo legislativo correto, no termo jurídico correto – numa resolução do Conselho de Ministros, que, de facto, ela sim é de questionável aplicação, e que deixa muito pouca margem de manobra a uma autarquia para poder agir, face ao conteúdo das novas atribuições que o Governo pretende dar à empresa ESTAMO. Preocupa-nos, de facto, que a partir do momento em que a ESTAMO possa fazer, desde a concessão à contratação, projeto e tudo o resto, no que diz respeito aos edifícios e ao seu património imobiliário, sem haver absolutamente controlo nenhum – controlo prévio, entenda-se – por parte de uma autarquia, que o impacto desta operação urbanística seja completamente feito ao arpejo de qualquer participação popular. Sim, é uma preocupação, e é uma preocupação grande.

Infelizmente, não é esse o conteúdo que esta moção nos plasma. Ou seja, o que nos traz aqui, no fundo, é uma tentativa de virar esta resolução do Conselho de Ministros para o lado de uma moção, só que nós não conseguimos colar uma ideia com a outra, neste momento. Teríamos muito interesse em continuar a acompanhar este assunto com o PCP, se o PCP desejasse retirar esta moção, e eventualmente construirmos uma que fosse um pouco mais clarificadora daquilo que, de facto, se pretende, teríamos todo o interesse nisso.

De outra forma, nós teremos de nos abster.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Relativamente ao comentário da Iniciativa Liberal, não comentou a proposta. Portanto, sobre a questão dos terrenos da Travessa das Zebras e do Campo das Salésias, não fez uma única referência.

Relativamente ao comentário do Partido Social Democrata, como é que eu diria? Tudo aquilo que nós dizemos é ideologia. Quer dizer, a minha proposta, que defende habitação pública, intervenção do Estado, é ideológica; o comentário, as parcerias público-comunitárias, não são totalmente eficientes, não é ideológico. Uma coisa é ideologia, e outra coisa é o quê? É culinária? É artesanato? É filigrana?

Portanto, o chavão do “ideológico”, eu não me importo nada de me chamarem ideológico, é claro que isto é ideológico. É claro que isto tem ideologia, é claro que isto tem teoria política, tem teoria social, tem teoria de desenvolvimento urbano, tem teoria. E não há nada mais prático do que uma boa teoria, como diziam.

Isto não é forma de discutir, e, quer dizer, o argumento é já um bocado estafado. O argumento é já um bocado estafado, e eu respeito. O que é a opinião da Iniciativa Liberal, que não carregada de ideologia, sobre esta questão do Estado, e do Estado facilitador? O que é isso? Isso vem da natureza da discussão, é da natureza da sociedade humana? Não, isso é carregado de ideologia.

Relativamente à proposta do Partido Socialista, eu creio que as coisas são claras. Vamos lá ver, a nossa capacidade de influência é muito reduzida. A nossa capacidade de influência sobre este Governo é reduzidíssima. Agora, ou nós fazemos aquilo que todos aqui, os que aqui vieram, tentar dar um contributo para que isto seja travado, que haja uma sensibilização...

Eu quero chamar à atenção do seguinte: esta iniciativa que o Governo vai desenvolver é capaz de ser a iniciativa pública de maior impacto na freguesia durante o nosso mandato. Vamos ver qual é que vai ser o modelo de negócio que vai ser arranjado. Nós estamos a falar – não tomem estes valores muito corretos – nós estamos a falar, destes dois terrenos, mais do PACA, nós somos capazes de estar a falar de um volume de habitação pública próximo dos mil e quinhentos fogos. Isto é um impacto brutal sobre a freguesia.

E portanto, temos aqui um instrumento de excelência para intervir na preocupação que, há pouco, nos foi aqui transmitida.

E portanto, eu creio que a coisa é clara, acho que há até uma necessidade de reação nossa relativamente a esta matéria, porque, a todo o momento, chega aí o modelo de negócio que o Governo quer apresentar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

O que não é ideologia, mas parece-me que pode esclarecer também a Assembleia e os fregueses, é que, ou muito me engano, ou o terreno das Salésias é na Freguesia da Ajuda. Mas isso, alguém poderá confirmar depois, porque eu vivo exatamente nessa rua, mas poderemos verificar depois.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

É um texto muito pequeno, vamos ler.

Moção (Anexo 2).

--- Raúl Nunes (PS) ---

Eu gostava de falar só sobre dois pontos, sobre esta moção.

Um, é a estranheza que não tenha havido uma moção idêntica, no ano passado, na celebração dos cinquenta anos do 25 de abril. Houve do PS, não foi acompanhada pelo PSD. A única celebração que houve nesta Junta de Freguesia, dos cinquenta anos do 25 de abril, data fundadora da democracia em Portugal, foi feita pelo Partido Comunista e pelo PS. O PSD absteve-se completamente de participar nessa celebração.

E agora, vem falar do 25 de novembro, como se quisesse cavalgar uma data que, teoricamente, foi feita pela direita, quando nada de direita tem. É uma data feita por uma esquerda a outra esquerda. E acho que é uma coisa em que se está a tentar reescrever a história, porque o instrumento que foi utilizado teve, de facto, algumas pessoas de direita – um instrumento, estamos a falar de uma corporação militar – e tudo o resto eram pessoas de esquerda. E é uma data de esquerda, é uma data importante na fundação da democracia, obviamente que é, deve ser recordada como todas as datas, como a eleição da Constituinte, todas as datas da fundação da democracia.

Agora, uma coisa é certa: é muito estranho alguém que, no ano passado, se absteve de celebrar o 25 de abril, nos seus cinquenta anos da data fundadora da democracia em Portugal, venha agora querer salientar o 25 de novembro, como se fosse a grande data da revolução de abril. Não é. Não é; foi uma data importante, de estabilização num momento em que havia uma esquerda que estava a fazer um processo de extremar um pouco a situação, e houve uma estabilização feita por uma outra esquerda. Não foi feita pela direita.

E é bom que fique claro isto aqui, porque eu acho muito interessante que se queira, hoje em dia, reescrever a história, como se o PSD tivesse tido alguma participação no 25 de novembro, que não teve – não teve, de todo – e é histórico que não teve. Antes pelo contrário, Francisco Sá Carneiro opunha-se, porque achava que poderia pôr em causa o processo constitucional. Isto é histórico, não é discutível.

E eu não percebo toda esta necessidade de se salientar o 25 de novembro, quando houve uma ausência, no ano passado, na celebração do 25 de abril, que é, realmente, essa sim, a data mais importante de todas.

Era só isso que eu queria dizer.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sobre esta matéria, não vou falar da minha voz; vou dar voz àqueles que sabem mais do que eu sobre esta matéria.

Primeira citação: *“Estamos em plena mistificação política, associada às comemorações do 25 de novembro, que o Governo entregou ao CDS, exatamente um Partido que pouco teve a ver com o 25 de novembro, e se teve, foi um dos derrotados dessa data, ao não conseguir, por via dos setores da direita militar, interditar o PCP. A mistificação assenta no combate político dos nossos dias, na minimização do papel das eleições da Constituinte, no apagar do papel do “Verão Quente” de agosto de 1975, e na falsa atribuição de papéis e intenções ao PCP no 25 de novembro, o que não é verdade.”* Pacheco Pereira, novembro de 2025.

Segunda citação: *“Vivemos tempos em que a ignorância passou a ser insensata, frequentemente dá lugar a um posto, e quando se apresenta emproada, pode mesmo alcandorar o ignorante a figura de Estado. É o que explica a tentativa, em parte consumada, de reescrever a história da nossa transição para a democracia, à luz das narrativas que, agora, insinuando uma falsa*

equivalência entre o 25 de abril e o 25 de novembro, tudo têm feito apenas com um propósito: minorizar a revolução social que inaugurou a democracia.” Pedro Adão e Silva, novembro de 2025.

“As comemorações dos cinquenta anos do 25 de novembro, organizadas pelo Governo, confirmam tudo o que delas desde o início se suspeitava: uso manipulado do passado, slogans em vez de história, regresso anacrónico a um cerimonial de Estado, em que tanques, preces pelos “mortos pela Pátria” e parada militar são pensados como lição de história.” Manuel Loff, novembro de 2025.

Pergunta um jornalista ao Coronel Sousa e Castro: *“Alguns tentaram que o 25 de novembro desse origem a um regime através do qual se poderia travar a independência de Angola. Sim, cada um teria o seu projeto, mas o seu desejo mais óbvio era ilegalizar o Partido Comunista. Também isso é evidente que perderam, mas não conseguiram nenhuma das suas reivindicações. O irónico é que as pessoas que querem agora comemorar o 25 de novembro são as que perderam, porque nenhum dos seus objetivos foi cumprido.”*

Eu não vou continuar as citações, eu vou reler aquilo que reli na apreciação de uma moção semelhante, apresentada no ano passado, e vou ler um texto que foi escrito seis meses depois do 25 de novembro, e que dá pelo título de “Constituição da República Portuguesa de 1976”.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Neste momento, já passámos em largas dezenas de minutos o período de antes da ordem do dia. O Josué escolheu ler citações de jornais, com toda a sua liberdade de intervenção política, e eu não a vou nunca questionar, mas por respeito aos fregueses que só tiveram três minutos para falar, eu peço-lhe que considere remeter para a ata o texto que já foi lido, porque nós já o ouvimos, já está na ata, e talvez concluir a sua intervenção, porque senão vamos ter de encerrar sem dar a palavra a toda a gente, uma vez que já passámos o tempo regimental largamente.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Dá-me só um minuto? Muito bem.

Dizia o art.º 1.º da Constituição da República Portuguesa, aprovada seis meses depois do 25 de abril: *“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.”*

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu vou responder muito rapidamente.

Em meu nome pessoal, eu vivi as duas datas, com onze e doze anos, tanto o 25 de abril, como o 25 de novembro, e queria só referir aqui uma coisa. Entre as duas datas, houve uma coisa chamada PREC, e durante esse PREC, houve ocupações, houve saneamentos, houve um terror sobre todas as pessoas que tinham posses e que trabalhavam para os outros, tinham trabalhadores e tinham empresas.

E por isso, subscrevi esta moção porque, de facto, o 25 de novembro trouxe a liberdade pela qual foi lutada no 25 de abril. Eu festejo, e a Iniciativa Liberal desde sempre festeja as duas datas, desde a sua existência. E subscrevo, em nome da Iniciativa Liberal, esta moção que é apresentada pelo PSD.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Peço desculpa por tomar mais tempo, mas só queria defender aqui a posição.

Nós, PSD, gostamos da verdade, da transparência, da clareza. O que disse não é verdade. No dia 30 de abril foi apresentada por mim uma moção pelo 25 de abril e 1.º de maio. Não estava cá, se calhar, mas as colegas estavam nesta sala, nesses mesmos lugares.

E portanto, não fica bem ao PS acusar o PSD, a dizer que nunca fez moções sobre o 25 de abril. Isso não é verdade. Eventualmente, e lembro-me de ter acontecido, não votámos a moção do PCP por entendermos que tinha uma carga ideológica com a qual nós, PSD, não concordávamos. Mas, não é verdade, e fica mal ao PS, vir dizer inverdades, mentiras, nesta Assembleia.

- Moção "Pela mobilização do património imobiliário do Estado, localizado na Freguesia de Belém, em favor de uma política de habitação que responda à grave carência de habitação acessível na cidade" (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra do PSD, CDS-PP e IL, o voto favorável do PCP, e as abstenções do PS.* -----

- Moção de Saudação pelo 50.º aniversário do 25 de novembro de 1975" (PSD/CDS-PP/IL). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, o voto contra do PCP, e as abstenções do PS.* -----

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 25/09/2025

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 25 de setembro de 2025 aprovada por maioria, com três (3) abstenções. -----

PONTO 4 – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2026, PPI e PPA, Orçamento, Normal de Execução Orçamental 2026) e Mapa de Pessoal para 2026

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Para discussão deste ponto, o Mapa de Pessoal foi distribuído? Já percebi o que é que aconteceu.

--- Presidente do Executivo ---

Vou ser sucinto, ou tentar.

O Executivo tomou posse no dia 31 de outubro, e portanto, esteve aqui num contrarrelógio para elaborar o Plano de Atividades, mas não foi difícil, por um lado, porque o Plano de Atividades, no fundo, resulta daquilo que era a atividade já desenvolvida pela Junta, e com que, obviamente, nós nos identificamos e mantemos essa mesma atividade, todas as atividades que estavam em curso mantêm-se, e, naturalmente, acrescentámos aquilo que constava do nosso plano eleitoral, acrescentámos esses pontos.

Tivemos o cuidado – e eu sei que não foi o modo ideal de ouvir a Oposição, porque não tiveram oportunidade de ler o documento antecipadamente, mas tiveram a generosidade de dar os seus contributos para o documento, que agradecemos – o documento final resulta destes três fatores: o que veio de trás, aquilo que era o nosso programa eleitoral, e aquilo que foram também os contributos da Oposição.

E fizemos este documento também numa perspetiva de quatro anos, e não numa perspetiva apenas de 2026. Portanto, o que vai acontecer durante os próximos quatro anos, de cada vez que viermos apresentar, de novo, o Plano de Atividades, vai ser um *upgrade*, digamos assim, uma atualização do Plano que estamos agora a submeter.

Eu diria que há aqui duas ou três novidades no programa, e era aí que eu me queria focar, para não ser exaustivo, porque isto é um programa longo e muito ambicioso, e que têm até um bocado a ver com aquilo que os jovens, há bocado, estavam aqui a sugerir e a propor, que é exatamente o envolvimento da comunidade, e especialmente o envolvimento dos jovens. Nós vamos dar uma grande atenção aos jovens, aos adolescentes. Por quê? Porque queremos que eles tenham uma intervenção cívica, pública, queremos que eles contribuam para a sua comunidade, que debatam com a sua comunidade o que é que eles querem, mas que também ouçam a comunidade sobre o que a comunidade quer, e façam propostas ao Executivo, e até à Assembleia, se assim entenderem.

E portanto, essa é uma parte do Programa “Nós”, que é o programa que nós vamos implementar na freguesia, que pretende exatamente envolver os jovens na discussão de temas da comunidade. Achamos que isso vai fazer uma grande diferença, vai ser uma novidade também, porque os jovens vão ser desafiados. E vamos fazer isto, dirigido principalmente aos jovens da nossa freguesia, mas, em princípio – pelo menos é isso que está combinado – vamos sedear este projeto na Escola Secundária do Restelo, e também vamos envolver os jovens da Secundária do Restelo, que muitos deles, como sabemos, não são jovens da freguesia. Mas, obviamente, o foco principal serão os jovens da freguesia, visto que é sobre esses que nós temos a principal responsabilidade.

E vamos começar já, agora também nos campos de férias de natal, a começar a fazer alguns testes, digamos assim, de desafiar os jovens a debater temas da comunidade. Ou seja, normalmente nos programas de férias eles fazem atividades, vão aqui, vão visitar teatros, vão ao Jardim Zoológico, vão fazer uma data de coisas, nós temos feito isso ao longo dos últimos vinte anos, e vamos começar a introduzir estes temas, e de forma a que, quando chegarem às férias de verão, eles possam fazer programas de verão até fora da freguesia, ir para outros sítios em

Portugal, onde possam desenvolver ações comunitárias, sociais, envolver-se também com as comunidades desses locais.

Portanto, há aqui esta forma de fazer diferente, também nos campos de férias, mas que está incluída nesta lógica do envolvimento dos jovens.

Há outro projeto grande que também vamos ter, e isto, mais uma vez, focando aqui na questão dos adolescentes, que são os clubes da Escola Secundária do Restelo, que pretendem dar aos jovens oportunidades de eles desenvolverem também as suas competências pessoais, artísticas, sociais, etc. E portanto, vamos começar por desenvolver dois dos clubes que já temos previstos. Enfim, agora chamamos clubes, não sabemos exatamente se vai ser o nome, mas também queremos envolver os jovens na definição do nome, mas é só para simplificar, vamos chamar clubes, à semelhança dos que existem na Escola Paula Vicente.

O primeiro que nós vamos implementar vai ser na área da música, que vamos criar um estúdio de música na Escola Secundária do Restelo, obviamente funciona fora das horas de aulas, onde a ideia é que os mil e quinhentos jovens que frequentam a Escola Secundária do Restelo possam ter um sítio onde desenvolver as suas capacidades musicais. Sabemos que muitos deles tocam guitarra, outros deles, outros instrumentos, muitos deles cantam, e aqui vão ter a oportunidade de desenvolver estas suas capacidades, vão ter oportunidade, se quiserem, de gravar as suas músicas, de poderem fazer o que quiserem nesta área – acompanhados, obviamente.

O outro projeto que temos para a Secundária do Restelo, no âmbito destes clubes, que vai já avançar, é um estúdio de imagem, de vídeo, exatamente na mesma lógica, que é que eles podem ir experimentar, podem até fazer os seus trabalhos de casa, se quiserem, com os dois estúdios, podem chamar lá pessoas para fazer entrevistas, gravações, o que eles bem entenderem, também numa lógica de desenvolver as suas competências. Nós todos sabemos que os miúdos, hoje em dia, têm muito esta competência visual, faz parte do mundo deles, de hoje em dia – mais, se calhar, do que do nosso – mas, é dar essas ferramentas, um bocado mais aperfeiçoadas, do que propriamente apenas o *smartphone* a que eles têm acesso hoje em dia.

E estes são os *teasers* que vamos criar. Mas, os clubes, a seguir, vão ser definidos pelos jovens. Nós, a seguir, vamos perguntar-lhes o que é que eles querem mais, a seguir. Estão aqui estes dois, o que é que querem, para onde é que querem ir, o que é que querem que nós vos ajudemos a construir, e vamos desafía-los. Obviamente, isto é um programa para o mandato, não é um programa para acontecer assim de repente, nos próximos meses, estamos já a trabalhar nele, já está combinado com a escola também fazer estes clubes.

Mas, eu acho que vai ser muito interessante, porque vamos conseguir ir ao encontro dos jovens, puxá-los para a discussão de temas públicos, dar-lhes ferramentas, e com certeza que, com isso, conseguimos construir aqui um futuro muito agradável para a nossa freguesia, e provavelmente muitos deles estarão aqui a substituir-nos, daqui a alguns anos.

E este é o foco, talvez principal, em termos da atuação da Junta para os próximos anos. É claro que temos muitas outras iniciativas, que estão inscritas no Plano de Atividades, nas várias áreas. Vamos modernizar a Junta, vamos modernizar o acesso que as pessoas têm à Junta, vamos criar a *app* “Belém”, que é uma *app* em que todos os serviços da Junta vão estar incluídos, onde futuramente, por exemplo, as pessoas até podem fazer a sua inscrição nos campos de férias, ou noutras atividades, através da *app*, eventualmente – dependendo aqui das questões de segurança – até pedir atestados, fazer uma série de coisas, ali à distância de um clique num *smartphone*, isto, obviamente, com o objetivo de facilitar a vida a todos nós.

Portanto, vamos tentar digitalizar ao máximo os serviços da Junta, vamos começar a trabalhar nisso – ainda não estamos a trabalhar, também é um projeto que, como calculam, também não vai surgir de um dia para o outro, para criar uma *app* com esta dimensão, vai ser preciso discutir, discutir muito, para construir e depois executar, mas achamos que vai ser também um passo importante na relação que a entidade Junta tem com os seus fregueses.

E eu acho que podia estar aqui o resto da noite a falar sobre o programa, porque é, de facto, muito longo, muito extenso, mas estamos disponíveis para responder às perguntas que tiverem.

Nós tentámos, já agora – e se repararem, especialmente quem teve a oportunidade de ver os programas anteriores – fazer aqui um bocadinho diferente na apresentação do programa, na forma como ele está escrito, dando alguma substância às iniciativas, e não tendo apenas o nome da iniciativa, que era o que se passava até aqui. Tentámos dar aqui alguma substância, exatamente para que quem lê, não está aqui e não é da Junta, consiga olhar e ver uma pequena descrição do que é a atividade. É claro que teve de ser muito pequena, porque senão também ninguém ia ler o programa, de certeza.

Para finalizar, queria só salientar aqui a questão do Orçamento, que faz parte integrante, obviamente, dos documentos previsionais. É um Orçamento de estabilidade, estável. Nós temos tido, ao longo dos anos, superávites sempre na gestão da Junta de Freguesia. Eu estou na Junta há vinte e três anos, se não me falha a memória, apenas em alguns anos não houve superávit nos Orçamentos. Isto é muito importante, para já porque quer dizer que há equilíbrio na gestão, não há desregulação, mas também é importante para dotar a Junta de uma segurança da sua tesouraria – e este é um tema que eu também já tenho reforçado aqui ao longo dos anos, porque basta pensar no que aconteceu com o Covid, que, de repente, a Junta viu-se, por exemplo, sem as receitas da piscina, que são só 50.000€ por mês. E portanto, se a Junta não tivesse uma boa tesouraria, uma capacidade financeira acumulada ao longo dos anos, não teria sido capaz de fazer face às despesas – houve muitas Juntas que tiveram muitas dificuldades, nesse período, de gerir a sua tesouraria, o que é natural. Mas, por exemplo, nesse momento, nós não deixámos de pagar a todos, até aos prestadores de serviços que trabalhavam para nós – por exemplo, os técnicos da piscina, não deixámos de lhes pagar, apesar de não termos nenhuma obrigação de o fazer, mas entendemos que era o nosso contributo social também, visto que tínhamos essa disponibilidade financeira.

E também já nos aconteceu – também só para dar um segundo exemplo – as transferências da Administração Central para a Junta de Freguesia não acontecerem durante dois ou três meses seguidos, o que, por exemplo, hoje em dia, isso representa que nós temos de ter uma capacidade de tesouraria entre os 700.000€ e os 800.000€, caso aconteça como já aconteceu no passado.

Portanto, acho que é muito importante mantermos aqui esta estabilidade financeira.

Também para quem é mais novo nestas lides, explicar que este não é o Orçamento final do ano de 2026. Quando nós chegarmos à reunião de abril de 2026, e for aprovado o relatório de contas, o saldo orçamental é incorporado nas contas, e portanto, aí passamos a ter um Orçamento mais real e mais final, digamos assim, para o ano. Até lá, só podemos colocar no Orçamento aquilo que é previsível receber, sem contar com o saldo orçamental.

E pronto, mais uma vez, temos aqui muita prudência, não mexemos no quadro de pessoal, também havia uma preocupação, que foi o PCP que levantou, na questão das taxas, também não mexemos nas questões das taxas. Não estamos a prever fazer alterações significativas – aliás, neste Orçamento não há nenhuma alteração nessa ordem, e também não está no nosso horizonte fazer nada que seja além da inflação, e coisas assim, nada mais do que isso.

Queria só, para concluir, e aqui apelando aos Partidos da Oposição, ao PS e ao PCP, porque queria que considerassem o seguinte: nós, como eu disse, tivemos o cuidado de olhar para as propostas que nos fizeram em sede de audiência do Direito de Oposição, o PS enviou-nos as propostas por *e-mail*, e eu queria só reforçar isto, é que tanto nas propostas que, por exemplo, no caso do PS, enviou, como naquilo que constava do programa eleitoral, cerca de 80% daquilo que são as propostas, ou as ideias que o PS apresentou nestes dois documentos, constam, ou fazem parte do nosso programa – aliás, o que é natural; obviamente, na maior parte das coisas, não fugimos daquilo que é o normal na freguesia.

E também, no caso do PCP, praticamente todas as propostas que o PCP apresentou na sua campanha eleitoral, e especialmente aquelas de que falou, quando tivemos a reunião do Direito de Oposição, praticamente todas estas propostas, de uma forma ou de outra, mais escrita para ali, menos escrita para aqui, estão vertidas no nosso Plano, que tivemos esse cuidado também de as inserir.

Portanto, aqui o meu desafio ao PCP e ao PS é que, perante uma tão elevada quantidade de propostas, em percentagem – como eu digo, são mais de 80% que constam do nosso Plano – o desafio é que aprovelem o Plano, os documentos, como nós os propomos, e acho que isso também demonstra aqui a coerência com aquilo que apresentaram e aquilo que agora podem votar.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Em relação a estas Grandes Opções do Plano, quero deixar aqui lavrado em ata, até porque, depois, haverá um relatório de avaliação, que, efetivamente, apesar de termos enviado as nossas propostas, não foi respeitado o nosso Direito à Oposição. A marcação da reunião foi feita num

tempo considerado pouco razoável, de três dias, para uma reunião feita ao sábado, e apesar das diligências que intentámos para encontrar uma solução, não se conseguiu fazer uma reunião.

Portanto, o envio das propostas para este documento é um respeito que também nós temos, por um lado, com os nossos fregueses, e com a equipa. Efetivamente, o PS está aqui para trabalhar, para dar bons contributos, e queremos ser ouvidos nestes bons contributos que trabalhámos.

E nesse sentido, agradecemos que nas próximas Grandes Opções do Plano possamos ser consultados devidamente, e de acordo com aquilo que é a Legislação e os direitos que nos confere. Aliás, nem sequer tivemos a oportunidade de ter a informação, e o direito à informação, com a entrega dos documentos.

E, caro Presidente, se bem que eu compreendo que foi pouco tempo, face à tomada de posse e à marcação desta Assembleia, na verdade, como referiu, está cá há vinte e três anos. E portanto, vinte e três anos dá-lhe muita experiência para estes trabalhos, até porque temos aqui também um Plano de Atividades que vem, em grande parte, em continuidade.

Posto isto, que foi algo que, de facto, nos deixou dececionados, porque para além do trabalho, tínhamos uma série de questões que queríamos discutir, porque estivemos em campanha, ouvimos muitos fregueses, falámos com muitas forças vivas desta freguesia, e contaríamos que nesta reunião pudéssemos discutir e partilhar estas preocupações que nos foram deixadas pelos fregueses. E é claro que, mesmo tendo apresentado as propostas, da nossa parte, não plasmava todo este envolvimento que tivemos durante a campanha eleitoral.

Nós apresentámos vinte e duas propostas no documento, se bem que o nosso programa era muito mais extenso. E destas propostas, feitas em sete eixos, eu confesso-lhe que não consegui identificar 80% no programa. E portanto, fica aqui o desafio – e não vamos aborrecer aqui as pessoas, mas é francamente excessivo dizer que 80% das nossas propostas estão plasmadas no vosso programa. Nem de perto, nem de longe. Na verdade, na leitura, consegui decalcar uma ou duas. Mas, depois, podemos fazer esse exercício, sem estar aqui a maçar todos aqueles que nos estão aqui a ouvir.

Efetivamente, este é um Plano de Atividades que se atribui a um novo ciclo, que, na verdade, traz continuidade. Portanto, vamos ver como é que vamos modernizar aqui a nossa freguesia, temos aqui quatro anos para verificar se assim vai acontecer.

Como aqui referiu o Sr. Presidente, as áreas de prioridade são aqui enumeradas como sendo a ação social, a educação e o espaço público.

Ora, vamos aqui por partes. Aquilo que nos referiu aqui da ação social, são muitos projetos de continuidade – era o que tinha dito, estamos em continuidade, não há grandes surpresas. O Projeto “Nós” foi aqui bem descrito, mas, efetivamente, no Plano falta toda esta informação que aqui foi referida. Eu própria não tinha percebido, e não tinha compreendido pela leitura do documento, o que seria este Projeto “Nós”. Fiquei agora a saber que será um projeto que envolve os jovens, e

na Escola Secundária do Restelo. Penso que o documento deverá ser mais orientador das atividades que se vão desenvolver.

E, na verdade, aquilo que também verificámos neste documento é que uma grande parte das propostas ainda vem em jeito de propostas de campanha eleitoral. Até dou como exemplo os próprios clubes da Escola Secundária do Restelo, que aqui foi dada mais informação, sobre estúdios de imagem, estúdios de vídeo, nada disto estava presente neste documento – eu, pelo menos, não li. Os clubes da Escola Secundária do Restelo tinham duas alíneas, e portanto, não vinha qualquer descrição. Assim como a modernização pedagógica, “Belém, uma sala de aula aberta”, “Belém Mais”, um *cowork* na natureza, deixam-nos com uma grande incerteza sobre o que é que se vai aqui desenvolver com estas iniciativas.

Constatei que há aqui uma ideia, que não sei se esta está nos 80%, da “Roda das Mães”, em que querem fazer uma iniciativa que consideramos muito interessante, de apoio às jovens mães e às jovens famílias. E portanto, nesta vi, de facto, alguma semelhança com propostas do nosso programa.

Depois, no que diz respeito ainda ao apoio à família, nas áreas das CAF e AAAF, eu gostaria, sobre esta matéria, depois, de ter um esclarecimento, porque verifiquei também no Orçamento aqui apresentado que a área da educação é uma das áreas que traz receitas próprias para o Executivo. E gostaria de perceber se, efetivamente, essa receita decorre, quer do protocolo feito com a Câmara Municipal, de onde vêm 241.000€, aproximadamente, mais a que se soma 215.000€ por parte das famílias. Ou seja, presumo que do pagamento das mensalidades, da participação nestas atividades. Gostaria, efetivamente, de ter esta confirmação, se há aqui uma receita própria para o Executivo, quase no valor de 400.000€. E por quê? Porque ouvi muitas queixas por parte dos pais em relação a estas atividades. Os pais querem que estas atividades tenham mais recursos pedagógicos, que os monitores tenham mais formação, que os horários sejam mais ajustados, que as atividades sejam mais ricas. E portanto, eu fico sempre, nesta questão, de um elevado montante, e ser a educação um dos fatores que nos permitem ter aqui uma receita própria, e depois verificarmos estas dificuldades nestas Atividades de Apoio à Família. Gostava muito de ter este esclarecimento.

Ainda deixo aqui algumas notas, por exemplo, que notei aqui no programa, relativamente à biblioteca, e questiono-me sempre também, porque em resultado da campanha eleitoral que fizemos há pouco tempo, e destes contactos que tivemos com as forças vivas aqui da nossa freguesia, que a nossa biblioteca municipal é um espaço muito interessante, muito bem construído, muito bem organizado, que está com muitas dificuldades no que diz respeito ao seu espaço, porque tem necessidade de obras de requalificação. E apesar de ser muito meritório todo o trabalho que se faz aqui na biblioteca da freguesia, questiono-me sempre, e gostaria também de ter a vossa perspetiva, do Executivo, por que não criar aqui mais sinergias neste trabalho entre a biblioteca municipal e a biblioteca da freguesia.

Também me questionei sobre um polo cultural que vai ser dinamizado na Rua Carlos Calisto, no antigo posto de limpeza. E eu questiono-me se não foi extinto, ou qual é que é a ideia deste polo

cultural. Como também temos um *cowork* na natureza, não sei se este polo cultural também será ao ar livre, mas eu, de facto, não tenho presente ali que já esteja alguma estrutura que permita que isto possa acontecer, mas pode ter sido a minha criatividade que não deu para tanto.

Relativamente à higiene urbana, também não posso deixar de notar todo o esforço que está plasmado neste documento, mas também é verdade que surge mais fiscalização. Já sabíamos que esta era uma doutrina possivelmente deste novo Executivo, de fazer fiscalização sobre os comportamentos dos fregueses, e dar penalizações àqueles que não cumprem, ou que eventualmente possam deixar o lixo fora do local. Temos muitas destas situações, trabalhamos muito pouco, durante estes anos, em campanhas de sensibilização, para agora vir já fazer uma aplicação de regras de maior fiscalização e de penalizações, e também quando sabemos que os serviços não são propriamente da maior eficiência para poder acautelar que, por exemplo, todos os contentores têm espaço para pormos o lixo, ou que toda a limpeza à volta do contentor é feita atempadamente.

Portanto, não vamos presumir que todo o lixo que está espalhado é porque são as pessoas que o deitam fora. É porque, muitas vezes, pode não haver eficiência na limpeza, pode não haver regularidade na limpeza, há muitos outros fatores que não dependem só aqui dos cidadãos.

Ainda, não posso deixar de notar, relativamente aqui à mobilidade, e a vários aspetos que li neste documento, relativamente ao estacionamento, a intenção do Executivo de regular o estacionamento com equilíbrio e bom senso. Eu fiquei preocupada. Temos o Código da Estrada, e neste caso, eu não sei se não seria melhor fazer a aplicação do Código da Estrada, porque com equilíbrio e bom senso, nós temos os passeios cheios de carros, os passeios danificados, e portanto, é uma completa desordem aquilo que nós temos aqui, em zonas residenciais e em bairros. Aliás, o Programa "BC+30" é disso um bom exemplo, colocámos os carros nos passeios, e as bicicletas e as pessoas possivelmente a andar na estrada.

Depois, também vejo aqui a intenção de tentar trazer o Metro, que parou em Alcântara, para Belém. Portanto, vamos ver como é que este esforço com a Câmara Municipal poderá ser feito, mas tenho muitas dúvidas sobre estas intenções que são plasmadas neste programa.

Tal como há pouco referimos, há questões que também nos ultrapassam, e é verdade que temos de lutar, mas, às vezes, parece-me um bocadinho de excesso nestas intenções, que nós sabemos que não são no âmbito das nossas competências.

Quase a terminar, mas não posso deixar também de me questionar sobre a criação de um Provedor do Freguês. A ideia é interessante, mas fico a pensar se o Presidente da Junta, não é este o Provedor? Não é o elemento que aqui, na Junta, deve ouvir, ou que na nossa comunidade, deve ouvir os fregueses, e ser essa garantia do equilíbrio que se quer entre os comerciantes, os *stakeholders* da nossa freguesia, as coletividades, as escolas? Questionei-me, e pergunto quem é que será este Provedor do Freguês. É uma figura, é uma personalidade, é um serviço? Quem é que vai ser este Provedor?

Portanto, temos aqui, para desenvolver todas estas atividades, e muitas outras que estão aqui enumeradas, um Orçamento de 7.000.000€, que refere e, efetivamente, podemos constatar que há uma descida, em relação ao ano anterior, uma vez que não existe informação sobre a delegação de competências por parte da Câmara Municipal.

Mas, ainda assim, houve um aumento das receitas próprias previstas neste documento, na ordem dos 9%. Como há pouco tinha referido, isto decorre das receitas da piscina, das receitas da educação e da ocupação da via pública.

E eu, sobre isto, como, há pouco, o nosso início, com as moções, é sempre tão extenso, não tive oportunidade, e gostaria muito, antes do período da ordem do dia, e não o tendo feito, faço só aqui este parêntesis, sobre a ocupação da via pública, porque este foi um compromisso que nós assumimos também com os fregueses, durante a campanha.

Continuamos a ter um grave problema na Rua Fernão Mendes Pinto, junto ao parque de estacionamento desta rua, já perto de Algés e do hospital – isto para melhor identificarmos. Nós tivemos a oportunidade de ir ao local. O que é que se passa? São várias situações. Nós ouvimos aqui, nesta Assembleia, problemas relacionados com a limpeza, feita a horas impróprias, mas o problema é muito mais extenso. Há, efetivamente, uma rulote que está ao serviço durante vinte e quatro horas – e daí eu estar a relacionar com esta ocupação da via pública, em que há necessidade de uma maior fiscalização, e de uma maior regulação destas situações, porque, no nosso entendimento – e isto é algo que tem de ser também bem avaliado, mas para partilhar aqui convosco – se tivéssemos tido a reunião do Direito de Oposição, nós teríamos, na altura própria, desenvolvido esta questão; não tendo tido esta oportunidade, tenho de colocar aqui.

Efetivamente, aquela rulote está aberta vinte e quatro horas, com serviço de hamburgers, bebidas, etc. E o que acontece é que, depois, isto é um chamariz para muitas pessoas dentro deste parque de estacionamento. Tem uma rulote, tem um parque de estacionamento, há barulho, há festas, há carros com as bagageiras abertas, com bebida e consumo de álcool, pela madrugada fora. Ao fim de semana – e agora, ao que parece, também já à quarta-feira, e penso que o Sr. Presidente já tem conhecimento desta situação – já começa a haver corridas de motas e corridas de carros.

Estou mesmo a terminar, porque eu sei que os tempos devem ser geridos com cuidado, mas isto foi só porque eu não tive a reunião de Direito de Oposição.

E agora, há corridas de motas, há corridas de carros. Eu estive lá, eu ouvi – estive eu e estive a Rita; não estiveram os outros meus colegas, estiveram outros – falámos com os moradores naquela casa, aquilo não aconteceria em mais nenhuma rua, em mais nenhum bairro desta freguesia – não aconteceria na Tristão Vaz, não aconteceria na Diogo de Silves, aquilo que se passa naquela rua, que é um verdadeiro inferno para aquelas pessoas que ali vivem.

E portanto, têm de ser adotadas medidas. As pessoas dizem-nos que telefonam para a polícia, mas que, efetivamente, nada aconteceu durante este tempo. É absolutamente necessário que se tome alguma diligência sobre este assunto.

E, de uma forma muito genérica, eram estas as questões que eu queria colocar sobre estas Grandes Opções do Plano, aguardando, Sr. Presidente, que depois me diga quais foram, dos 80%, aquelas em que nós estamos em convergência.

--- **Josué Caldeira (PCP)** ---

Gostaria de pedir desculpa, relativamente àquela minha confusão, já percebi o que é que se passou em relação ao Mapa de Pessoal. Não responsabilizando a Junta, aproveitava este pequeno episódio para fazer um pequeno comentário.

É uma das opções, na área da Administração Geral, a digitalização dos serviços e dos processos. E eu acho que deveria haver uma particular atenção na forma como os documentos nos são entregues. Estes documentos parecem ser *scans* de fotocópias. Com as tecnologias atuais – a malta já passou da cassete – nós não conseguimos fazer edição de texto, ou o trabalho sobre a edição. Um volume de informação como este, hoje há ferramentas que proporcionam uma leitura, manuseamento da informação e tratamento da informação, e eu creio que esta questão devia ser uma questão particularmente cuidada por parte do Executivo, a bem de todos.

Segunda questão: eu partilho da opinião que já foi feita pela Fernanda Santos, o documento ainda está muito contaminado pelo programa eleitoral. Eu vou dar-vos só um exemplo muito simples do que eu quero dizer. Por exemplo, promoção da cidadania ligada à higiene urbana, diz-se, campanhas e ações de sensibilização para a correta separação e deposição do lixo, para o uso de compostagem, entre outros, para a completa consciência das boas práticas que cada pessoa e cada empresa deve ter. Tudo bem, mas isto é discurso de programa eleitoral. Para um plano de ação, aqui devia estar a campanha de ação X, Y e Z, a decorrer nos meses tal e tal, dirigida aos resíduos X e Y, e vocacionada para as populações M e N. Isto é que era um plano de ação.

O plano de ação, atenção, o Sr. Presidente referiu: “Fizemos isto na lógica dos quatro anos”. Não, desculpem, nós estamos a falar de um plano de ação para 2026. É disto que nós estamos a falar. E portanto, é isto que eu quero saber, o que é que, em 2026, vai ser feito.

E esta lógica, que já vinha de trás, esta lógica penaliza imenso diferentes instrumentos. Por exemplo, o Plano Plurianual de Investimentos não é um Plano Plurianual de Investimentos. Aquilo não é um Plano de Investimentos. E eu creio que até há, inclusivamente, alguma fragilidade na forma como o conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, que devia ser um instrumento central na análise deste documento, porque é o documento fundamental, é o que tem as despesas estruturais, e eu não consigo ter uma apreciação sobre que investimentos é que se vão realizar em 2026.

E estas duas questões que eu acabei de referir têm, depois, implicações numa deficiente tradução do Orçamento no PPI.

É dito – e correto – que este Orçamento é influenciado pela indefinição do Município face aos protocolos de delegação de competências. Tudo bem, ainda não há informação. Mas, este

documento já devia fazer um ponto de situação do protocolo de delegação de competências anterior, porque foram 1.500.000€ que foram transferidos para a Junta de Freguesia – é o PRR da nossa freguesia – e ficamos sem saber qual é o ponto de situação, o nível de execução, a taxa de execução, os projetos que estavam inscritos na lista, e que temos, em determinada altura, de saber os resultados. Acho que esta é uma lacuna significativa do documento.

Depois, um ponto que diz respeito às questões sociais. Diz o documento: “*O presente Orçamento reflete a grande preocupação social da freguesia. As áreas sociais e de educação envolvem uma previsão de despesa superior a 1.000.000€.*” Muito bem, mas é preciso esclarecer as populações que ouvem e leem isto, que deste 1.000.000€, 641.000€ proveem de delegação de competências da administração municipal, e 286.000€ proveem de pagamento de famílias. Isto é, a sensibilidade social, de 1.000.000€ que a Junta de Freguesia tem, 977.000€ é dinheiro da Câmara e das famílias. É esta a sensibilidade social, mas tem esta componente de financiamento e sustentabilidade social.

Sobre este aspeto, é de referir – e gostava que esclarecessem – é de referir a intervenção anterior, da Fernanda Santos, que já tocou marginalmente neste ponto. De facto, os Clubes Paula Vicente, as taxas municipais de ocupação de via pública e as férias de verão são três parcelas, são três principais parcelas que têm taxas de crescimento mais elevadas. O Clube Paula Vicente tem um crescimento de 24%. As férias de verão, são valores reduzidos, mas têm um crescimento de 20%. As taxas municipais de ocupação de via, está bem, pode ser da dinâmica do turismo, mas também 16% de crescimento.

E, depois, isto leva, até numa visão um bocado empresarial demais para o nosso gosto, a uma referência, que é a boa *performance* previsional da ocupação de via pública, da CAF, dos Clubes Paula Vicente e das piscinas, na natação. Pois, mas a lógica da Junta não é fazer receita, a lógica da Junta não é ter uma boa *performance* previsional de receita; é outra lógica, é uma organização, mas é uma organização pública.

A última questão, a questão do programa eleitoral, e depois tem isto: “*Criação de polo cultural na Rua Carlos Calisto*”, o Bioparque, promover a criação de comunidades de energia renovável. Está bem, mas quantas? Onde? Como? Em 2026? Isso é que nós queremos saber, porque é isso que nós estamos a apreciar.

Uma última referência diz respeito às despesas com o pessoal. As despesas com o pessoal têm uma quebra ligeira de 5%, e depois, têm também os monitores – parece ser o contrário, parece ser o complementar. Há uma redução da despesa com o pessoal de 5%; os monitores, por seu turno, aumentam 450% - isto é, passam de 20.000€ para 110.000€. Queríamos saber qual é que é a perspetiva e o racional desta gestão e da despesa com a componente de pessoal.

--- Presidente do Executivo ---

Vai ter de ser um grande esforço de contenção, sim senhor, e por isso, não vou ler as vinte e uma propostas que o Partido Socialista nos apresentou, ou aquelas que constam do seu plano eleitoral, mas eu diria que basta ver aqui uma coisa simples, mas vou aqui às propostas.

Vamos lá ver, para já, havia três propostas – ou mais, até, eu só assinali aqui três – de coisas que já existem, ou na freguesia, ou dinamizadas pela Junta de Freguesia. Para dar um exemplo, criar serviços de apoio domiciliário direcionados a pessoas mais velhas, isoladas e em situação de vulnerabilidade. O PS com certeza não desconhece – espero eu – que já existem estes serviços na freguesia, e que são prestados por entidades com muito mais capacidade do que a Junta de Freguesia. E, mais uma vez, tal como nos sem-abrigo não havia ninguém que estivesse sem uma alternativa habitacional, eu não conheço ninguém – e passam por mim os casos da ação social – não há ninguém que nos chegue que não tenha uma resposta de apoio domiciliário na nossa freguesia. Isto quer dizer que as instituições que trabalham connosco, nomeadamente a Cruz Vermelha, a Santa Casa da Misericórdia, a Paróquia de Santa Maria de Belém, fornecem esses apoios domiciliários, já. Portanto, não faz sentido nós irmos criar uma coisa, onde iríamos provavelmente fazer pior, e onde há resposta para todos. Não há um único caso – se me souber apontar um único caso de alguém que foi recusado num destes serviços – no seu conjunto, obviamente, pode não ter havido lugar num, e foi para outro – eu não conheço nenhum.

Outro exemplo, implementar uma rede de voluntariado, promovendo uma resposta de proximidade para a comunidade. Também já existe – já existe na Junta, já existe em instituições que trabalham diretamente com a Junta, já existe noutras instituições que são parceiras da Junta, já existem redes de voluntariado.

E depois, há outras, como promover programas de cidadania ativa e desenvolvimento de competências artísticas, digitais, financeiras e ambientais. Lá está, um projeto que vai exatamente, por exemplo, ao encontro disto. Os Clubes Paula Vicente já vão ao encontro disto, quando têm clubes de tecnologia.

Há, de facto, aqui – e eu não os vou maçar mais com isto, mas a maior parte das propostas que constam disto, destes dois documentos, são propostas que estão no nosso programa – se não for 80%, se for 78%, dou o braço a torcer.

Não foi respeitado o Direito de Oposição. Enfim, eu já tive oportunidade – se calhar, não fui suficientemente claro aqui – é verdade que nós não enviámos o documento, por uma razão simples, ele não estava pronto. Nós tomámos posse no dia 31 de outubro, a documentação para esta Assembleia de Freguesia tinha de ser enviada até dia 24 de novembro. É verdade que eu estou na Junta há muitos anos, e o meu colega do Executivo também – não há tantos, mas já há uns bons quantos – mas, também é verdade que temos três colegas novos no Executivo.

E portanto, eu diria que é ao contrário: de dia 31 de outubro, à noite, a 24 de novembro, passados vinte e quatro dias, nós conseguimos produzir um Plano de Atividades e um Orçamento completos para entregar, eu diria que foi muito bom. Não foi o ideal em termos de comunicação com a Oposição, é verdade, reconheço, pedi a vossa compreensão, tiveram-na, de formas diferentes – o PCP veio à reunião, e tivemos uma conversa, julgo eu, muito construtiva e interessante; o PS enviou as suas propostas, e também teve esse compromisso – aliás, tive oportunidade de falar ao telefone com a Fernanda – que nos próximos, esta casualidade já não vai acontecer, e portanto,

vamos, obviamente, ter mais tempo para enviar o documento, para vocês o verem com a antecipação necessária.

Bem, como eu também já disse, o programa é muito extenso, e por isso, não poderíamos fazer um documento extremamente comprido. Mesmo assim, tem trinta e duas páginas de propostas. Portanto, se estivessemos a especificar cada uma daquelas propostas, iríamos ter um programa maior do que o da Câmara Municipal de Lisboa, que tem sessenta e tal páginas. Portanto, achámos que não era útil, porque ninguém lê um programa de sessenta páginas, ninguém quer saber, obviamente. E portanto, achámos que era útil ter um documento resumido, que tem, mesmo assim, muito mais conteúdo do que todos os planos anteriores, em que era só uma linha de tópico. Este tem tópico e tem dois, três, quatro, cinco parágrafos que explicam. Mas, sim, são opções.

A questão das CAF's e das receitas, para explicar: as CAF's são um protocolo que existe com a Câmara, a Câmara define os preços, os valores que as famílias pagam, define os valores que a Junta recebe – a Junta não tem sequer interferência nisso; a Junta tem um protocolo com a Câmara, aplica o protocolo, e isto é definido.

Portanto, quando nós dizemos que o dinheiro das famílias é para isto, é claro que o dinheiro das famílias é para investir nestes programas. O dinheiro da CAF – e isso foi uma coisa que nós, desde que aceitámos a CAF, logo de início, em 2013, se não estou em erro, dissemos à Câmara, e dissemos especialmente ao Agrupamento de Escolas, que isto é uma atividade da Câmara, que nós vamos assumir em nome da Câmara. Portanto, as verbas que nós angariamos deste programa vão para este programa. E é isso que fazemos. Se são 50.000€, se são 100.000€, se são 400.000€, eu acho que quanto maior o valor, até, é melhor sinal, porque quer dizer que temos mais crianças, quer dizer que mais famílias confiam as suas crianças, para porem nas CAF's e nas AAAF's. E portanto, é natural que o valor cresça.

Tal como, por exemplo, nos Clubes Paula Vicente, que foi aqui também referido o crescimento, tem exatamente a ver com isso. Este ano, tivemos trezentas e tal crianças inscritas nos Clubes Paula Vicente, quando, no ano passado, eram duzentas e vinte, ou duzentas e trinta – não sei de cor, exatamente.

Ou seja, naturalmente que o crescimento da confiança dos pais que colocam as crianças nos nossos programas tem um acréscimo do valor da receita, digamos assim. Agora, não é a sensibilidade social – o Josué estava a dizer que custa cerca de 900.000€ à Câmara e às famílias; não, há sensibilidade, obviamente, porque isto são valores tabelados – no caso dos clubes, é tabelado por nós; no caso das CAF's, é tabelado pela Câmara. Mas, sim, este dinheiro é totalmente investido nesta sensibilidade social, é totalmente investido nos programas. Acho isso normal, diria eu. O que não é normal é não termos receita, porque se não tivermos receita, nós não vamos conseguir fazer as coisas. É tão simples quanto isso. O Estado é muito finito, é demasiado finito, e sem receita, não se faz nada, como é óbvio. Não somos um país rico, o Orçamento de Estado é o que é, aquilo que é destinado a cada nível do Estado é muito reduzido, e portanto, é natural que estas receitas vão ajudar, tal como as receitas dos licenciamentos.

porque quanto mais receita tiver, mais consegue fazer programas sociais, mais consegue fazer melhorias no espaço público, mais consegue investir nos espaços verdes, mais consegue investir na higiene urbana.

Não é uma questão, mais uma vez, de irmos aqui – e por isso é que também dissemos que não vamos aumentar as taxas, porque se fosse para ter uma boa *performance* da receita, tínhamos aumentado as taxas, e tínhamos muito mais – em vez de quatrocentos e tal, ou quinhentos mil euros, tínhamos 700.000€. Mas, não foi isso que fizemos. A boa *performance* na receita é no sentido da boa execução da receita. E isso é muito importante, o Estado ter uma boa execução da receita. Não é uma questão empresarial; eu diria que é uma questão social, da sociedade, o Estado ter boa execução da receita e boa execução da despesa, é bom sinal.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Pelas minhas notas, faltou apenas uma questão, em que a Mesa acompanha a intervenção do Josué Caldeira, que é que talvez a distribuição pudesse ser de uma forma diferente. Mas, se concordar só que vai ver isso, já fico feliz, e podemos passar à frente.

--- Presidente do Executivo ---

Muito sucintamente, só para dizer que nós enviámos uma segunda versão dos documentos, onde esta questão da edição já estava disponível. Pedimos desculpa, que a primeira não estava – aliás, na segunda versão que enviámos já estava paginado, exatamente porque não quisemos que fosse em imagem, e que fosse possível selecionar, foi enviada, já não sei em que dia, uma segunda versão, com possibilidade de edição.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, o voto contra do PCP, e as abstenções do PS. -----

Colocado a votação o Mapa de Pessoal, foi este aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, IL e PS, e a abstenção do PCP. -----

PONTO 5 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Município de Lisboa no âmbito do Projeto “Amarelo” – ano letivo de 2025/2026

--- Sofia Crisóstomo (PS) ---

Apenas para dar nota de uma sugestão ao Executivo, e à semelhança daquilo que existe noutras Juntas, em várias outras Juntas de Freguesia de Lisboa, com Executivos dos variados Partidos aqui presentes, termos uma página de protocolos e regulamentos no *website* da Junta de Freguesia, em nome da transparência e do direito à informação dos fregueses, porque a propósito, por exemplo, aqui do caso do licenciamento desta rulote na Rua Fernão Mendes Pinto, não encontrámos disponível *online*. Evidentemente que sabemos que podemos pedir à Junta, podemos nos deslocar, podemos solicitar, mas acho que é uma prática que, hoje em dia, é feita

por diversas Juntas de Freguesia, e que era bom a Junta de Freguesia de Belém também acompanhar.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Nós acompanhamos com particular carinho este projeto, por ter sido um projeto que resulta de uma proposta que apresentámos na Câmara Municipal de Lisboa.

Já numa das últimas reuniões aqui da Assembleia de Freguesia, veio um relatório de avaliação da implementação de um primeiro momento deste projeto aqui na freguesia, o relatório dizia que estão duas envolvidas, a Escola Básica Moinhos do Restelo e a Escola Básica de Caselas, quinze alunos envolvidos – dizia o relatório.

Esta proposta tem algumas questões que eu acho que deviam ter sido corrigidas. A proposta não identifica o valor de financiamento que está em cima da mesa, quais são as carreiras para 2026 que estão equacionadas, as escolas envolvidas, as metas das crianças. E, já agora, um pedido de informação, para além destas, que é qual é o modelo de divulgação que tem sido feito sobre este projeto, porque ele, de facto, trata de uma questão que é bastante relevante para a qualidade de vida das famílias, e das crianças, e dos pais envolvidos.

E creio que, quer aqui na freguesia, quer em toda a cidade, esta solução – que o relatório também o dizia, a avaliação anda entre o “muito positivo” e o “excelente” – deveria ter uma projeção bastante relevante na comunidade escolar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

O Josué indicou uma questão, que tem a ver exatamente com as competências da Assembleia, que é a questão de o montante não estar.

Exatamente, há aqui um lapso, e portanto, o Executivo retira a proposta, exatamente para garantir que a apresenta, depois, com os montantes, como deve ser.

Ponto retirado da ordem de trabalhos. -----

PONTO 6 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e o Clube de Futebol “Os Belenenses” para a época desportiva de 2025/2026

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Na pág. 6, na cláusula cinco, é feita uma observação, e diz o texto: “Para determinados jogos, provas ou competições, o Clube de Futebol “Os Belenenses” pode atribuir bilhetes a preços promocionais ou gratuitos para os residentes da freguesia, em estreita articulação com a Junta de Freguesia.”

de apanhar – dali, que é mesmo debaixo da minha casa, do prédio em frente. E o Josué, que mora lá em frente a mim, o Josué também vê este saco, ali a seguir à paragem do autocarro. Se olhar para a papelreira – e como o Josué passa lá muitas horas, como dizem, à espera do autocarro, e é verdade – estão lá, todos os dias, sacos de lixo. Ainda esta noite lá estavam três sacos de lixo.

O estacionamento, enfim, acho que a questão do bom senso é neste sentido, nós não podemos ser radicais nas medidas que aplicamos no território. Quando se é radical, cria-se problemas, cria-se conflitos, e não se encontram soluções. A lógica aqui é que nós não vamos ser fiscalizadores do estacionamento, não é essa a nossa competência, ao contrário do lixo, que pode ser. E portanto, aqui é tentarmos encontrar, para cada zona do território, soluções concretas que resolvam os problemas do território.

O Metro, vamos, obviamente, lutar por ele.

O Provedor do Freguês, vamos lá ver, geralmente a figura dos provedores, são mediadores, digamos assim, entre as populações e as instituições. Não é para ser o Presidente da Junta. Eu recebo todas as pessoas, como tenho recebido, todas as pessoas que me abordam, que telefonam, que ligam, que me aparecem na Junta. Não é isso, o Provedor é alguém que faz aqui uma ponte, que alguém vem expressar uma preocupação, e essa pessoa vem ter com a entidade e diz: este senhor diz que já veio aqui dez vezes, e vocês não resolveram o problema. Querem explicar o que é que se passa, para podermos ajudar? É esta figura. Mas, isto existe em muitos sítios.

A questão da Fernão Mendes Pinto, e da rulote, e do barulho, e da limpeza, etc.: a limpeza já foi aqui várias vezes debatida, vamos analisar o que é que pode ser feito. A questão da rulote, acho que é uma questão que tem de ser vista, exatamente, nos termos em que está, e se faz sentido, ou não, estar tanto tempo aberta – embora eu ache que ela não está aberta – acho porque passo lá muitas vezes, e ela está fechada. Toda a noite?

Mas, há um problema, de facto, e esse, sim, diria que é o mais grave destes, que é a questão das corridas que existem, aquelas acelerações que há ali no parque de estacionamento. Eu tive oportunidade de estar reunido com o Sr. Comandante da Polícia Municipal, na semana passada, e falámos sobre três assuntos muito específicos, e um deles foi exatamente este, foi a questão das corridas no parque de estacionamento da Fernão Mendes Pinto, e que já começam – esporadicamente, mas já têm acontecido também na rotunda de S. Francisco Xavier, depois ali em direção às bombas da Galp. Já houve ali duas ou três situações deste abuso de velocidade, etc., e portanto, foi uma das situações que eu falei. Vamos continuar a acompanhar.

O Josué falou sobre o ponto de situação dos CDC's, anteriores, mas isto não é o relatório; isto é um Plano e Orçamento, achamos que não deveria vir aqui.

Só para terminar, esta questão da receita, a lógica da Junta não é ter uma boa *performance* na receita. Eu acho que é, porque não é no sentido de esmifrar – perdoem-me o termo mais popular – não é no sentido de esmifrar ninguém, mas, obviamente, a Junta tem de ter uma boa receita,

Reparem, as receitas dos licenciamentos são, todas elas, para uso da Junta na sua atividade. E se nós pensarmos no seguinte, que a receita do licenciamento, por exemplo, é praticamente igual, ou muito semelhante, por exemplo, ao dinheiro que se gasta nos campos de férias da Junta. E os campos de férias da Junta, não há ninguém de fora da Junta que os pague, ou seja, não há nenhuma entidade a colaborar para isso.

Portanto, temos aqui, obviamente, receitas que vêm da atividade própria da Junta que alimentam os vários programas da Junta, nos seus vários domínios.

A biblioteca, a Fernanda referiu também aqui, nós já temos sinergias com a biblioteca municipal. Portanto, já existe essa sinergia – nós vamos buscar livros à biblioteca municipal, que nos requisitam, que nós perguntamos a eles se eles têm, há aqui uma ótima relação e trabalho em conjunto.

O polo cultural da Rua Carlos Calisto, o nosso objetivo é, naquele espaço que era o antigo posto de limpeza provisório do Restelo, fazer ali um polo cultural. Obviamente, reparem, há coisas que nós queremos fazer, e que podem durar mais ou menos tempo a fazer. O que é que eu quero dizer com isto? Obviamente, há intervenções, como é o teatro, no caso do teatro da ADF, que é um edifício municipal, ainda para mais, que nós vamos, e já dissemos à Câmara, aliás, informalmente, e depois vamos dizê-lo oficialmente, obviamente nós vamos precisar do apoio da Câmara, porque reabilitar o teatro da ADF é uma coisa que vai custar, no mínimo, meio milhão de euros – no mínimo. Ora, a Junta, apesar da sua disponibilidade financeira, não pode, nem quer gastar meio milhão de euros de um dia para o outro.

Portanto, aqui a lógica é: nós vamos à Câmara com o projeto, vamos tentar que a Câmara financie o projeto. Se a Câmara não financiar o projeto, a única questão é que em vez de demorar, se calhar, três ou quatro anos para o teatro estar reabilitado, vai demorar dez. Mas, ele há de ser feito, nem que seja com o nosso dinheiro, e isso é um compromisso que nós temos com esta coletividade. E a mesma coisa nos outros projetos.

O projeto, por exemplo, do Parque dos Moinhos, vamos tentar inseri-lo num CDC com a Câmara, num contrato de delegação de competências. Obviamente, aquilo é um espaço municipal, é um investimento municipal, que as Juntas podem propor, seja naqueles CDC's de mandato, seja até autonomamente, dizer à Câmara que temos um projeto para este parque, se querem pegar nele, ou dão-nos o dinheiro e nós fazemos. É este o trabalho que é feito, e que está aqui espelhado em algumas das coisas.

A higiene urbana, a Fernanda estava a dizer, a questão da fiscalização, e depois estava a dizer que não fala das questões da sensibilização. Mas, depois, o Josué disse que, afinal, as questões da sensibilização estão no programa, é verdade. Mas, isto é um programa para o futuro. E a questão aqui não é a lógica do "chicote na mão"; a questão aqui é: todos nós sabemos, e vivemos – eu, quando saio todos os dias de minha casa, há uma papeleira do outro lado da rua que, invariavelmente, praticamente todos os dias, tem um saco de lixo lá posto em baixo. E aquele saco de lixo provém de um dos estabelecimentos – que eu ainda não consegui apanhar qual é, mas hei

É uma curiosidade, é uma pergunta, se tem a Junta de Freguesia conhecimento de exemplos, ou de situações, onde estes descontos ou gratuidade tenham sido executados, e com que frequência é que isto é posto em prática, porque não temos conhecimento da sua execução.

--- Diogo Gomes (IL) ---

Tinha duas questões. Quantas bolsas desportivas a jovens residentes o Clube “Os Belenenses” atribui, porque está numa das suas obrigações.

A outra seria se as bolsas são totais, ou parcialmente pagas.

São estas duas questões que tenho.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Relativamente à questão do Josué, quanto aos eventos desportivos, na maior parte dos casos, e na maior parte das modalidades, não existe pagamento, nem bilhética associada. Quando nós estamos a falar, sejam jogos de futsal, jogos de voleibol, jogos de andebol, jogos de múltiplos escalões, na maior parte – para não dizer, na totalidade – desses eventos, não existe sequer bilhética associada, e portanto, não existe nenhum custo associado.

Há situações, nomeadamente no futebol, onde há montantes pagos, mas aí, nós ainda não temos feito nenhum tipo de parceria com o Belenenses nesse sentido. Eu sei que há também, julgo que em relação aos jovens e estudantes da freguesia e das escolas, julgo que há um acesso gratuito aos jogos do Belenenses – teria de confirmar, mas tenho ideia de que assim é.

E portanto, nessa perspetiva, aquilo que nós pretendemos é até, no futuro, para outros eventos que sejam de futebol, ou de outras atividades onde exista bilhética associada e um custo, que nós consigamos ter aqui algum protocolo, e disponibilizar mais bilhetes para os residentes.

Mas, na maior parte dos casos, na maioria deles, não há custos na maior parte dos eventos desportivos do Belenenses.

Relativamente às questões colocadas pela Iniciativa Liberal, nós, neste momento, estamos numa fase de renovação do protocolo – que, aliás, vem aqui hoje também para apreciação e votação – e atualmente temos, julgo que sete ou oito bolsas, que foram já atribuídas na nova época desportiva. E no caso do Belenenses, são quatro – mas, depois confirmarei esse número.

A questão que fala aqui, das bolsas desportivas, relativamente ao Belenenses, depois ela é, de alguma forma, formalizada no protocolo de bolsas desportivas que nós temos, e que, depois, também está aqui em discussão, daqui a dois pontos.

O que ficou aqui em protocolo é a possibilidade de, com o Belenenses, haver a participação naquilo que é o nosso projeto de atribuição de bolsas desportivas. E portanto, nessa perspetiva, o Belenenses comparticipa com um valor até 50% do valor das anuidades da participação de cada atleta que é elegível para as bolsas desportivas.

Ou seja, este protocolo materializa-se na componente da atribuição das bolsas através de um regulamento específico, que é o regulamento de atribuição de bolsas, onde nós temos essa componente contratualizada com o Belenenses, mas também com outros clubes da freguesia.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do novo Regulamento do “Concurso Escolas com Voz” para o ano letivo de 2025/2026

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do Regulamento do concurso “Montras de Natal de Belém 2025/2026”

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Só uma pergunta: quem é que ganhou no ano passado? É que eu não sei, é uma curiosidade.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Não é preciso o Executivo responder, a resposta foi no Boletim Municipal, com grande destaque, e está *online*, à sua disposição.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Apreciação e ratificação do Regulamento para a atribuição das Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém – ano letivo de 2025/2026

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- ??? (PS) ---

Muito rapidamente, e só porque o Sr. Presidente, há bocado, falou que o saldo final só estaria disponível para o ano, em abril, talvez tenha ouvido aqui alguma conversa que eu estava a ter, há pouco, com a Fernanda. Mas, só para lhe dar conta que, de facto, no Documento n.º 10, as receitas correntes, o valor corrigido da receita corrente é sensivelmente mais 10% do que aquilo que consta do valor nas GOP. E portanto, há aqui esta diferença, são 74.000€, deve-se provavelmente ao momento em que foram feitos os documentos. Mas, de facto, há essa diferença.

É a pág. 44, diz 8.106.693€, neste documento, e na pág. 81 das GOP vem 8.032.000€. É a pág. 44 da informação escrita do Presidente, tem a previsão corrigida, 8.106.693,45€, e no Documento n.º 4, na pág. 81, vem um total de receitas correntes de 2025, o Orçamento de 2025 que foi corrigido, o valor previsto. É só para dar conta de que há aqui uma diferença de 74.000€, que podiam ser aproveitados, nomeadamente para mais apoio às famílias e aos jovens.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Já agora, aproveito também para dizer que “Orçamento Geral do Estado” não é a designação desde os anos noventa, e portanto, também pode ser atualizada nas normas de execução.

Com isto, chegamos à conclusão da primeira Assembleia de Freguesia deste mandato, exatamente com cinco minutos de tolerância. Agradeço a todos a vossa participação, especialmente dos fregueses e de quem nos acompanhou na Rádio Belém.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária